

Ofício nº 41/PRESI-DE

Brasília, 25 de fevereiro de 2015.

À Senhora

CÍCERA FERNANDA DE ARAÚJO MAGALHÃES

Presidente do Conselho Fiscal da Funpresp-Jud

Brasília – DF

Assunto: **Relatório Interno de Controle – 2º semestre de 2014**

Senhora Presidente,

Cumprimentando-a cordialmente, encaminhamos a Vossa Senhoria o Relatório Interno de Controle relativo ao 2º semestre de 2014, em atendimento à Resolução CGPC nº 13, de 2004, que estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

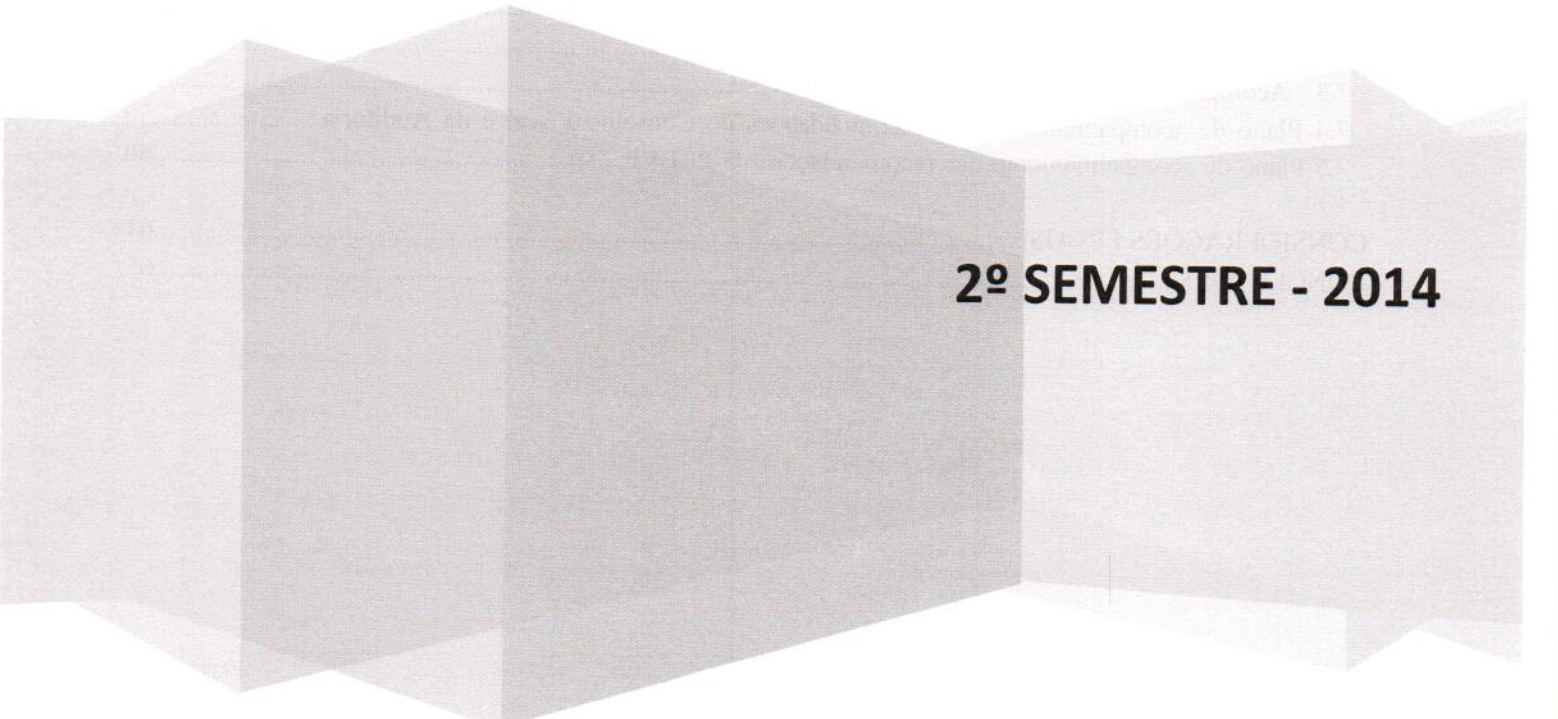
Atenciosamente,



ELAINE DE OLIVEIRA CASTRO
Diretora-Presidente

RELATÓRIO INTERNO DE CONTROLE

1ª versão: 25 de fevereiro 2015



2º SEMESTRE - 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1 GESTÃO DE INVESTIMENTOS.....	4
1.1 Da Política de Investimentos.....	4
1.2 Aderência da gestão recursos garantidores às normas em vigor e à Política de Investimentos.....	5
1.3 Custos na gestão dos Investimentos.....	11
2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	17
2.1 Execução Orçamentária.....	17
2.2 Evolução das receitas administrativas.....	21
3 GESTÃO CONTÁBIL.....	24
3.1 Demonstrações Contábeis.....	25
4 CONTRATOS E LICITAÇÕES.....	28
5 GESTÃO DO PASSIVO.....	31
5.1 Bases cadastrais e estatísticas.....	31
5.2 Informações atuariais.....	36
5.3 Provisões Matemáticas e Fundo Coletivo de Benefícios Extraordinários.....	38
6 GOVERNANÇA.....	40
6.1 Plano de monitoramento e avaliação do Planejamento Estratégico.....	40
7 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	41
7.1 Programa de Controle Interno	41
7.2 Ferramenta de gerenciamento de riscos.....	47
7.3 Acompanhamento das obrigações legais.....	50
7.4 Plano de acompanhamento das recomendações do Conselho Fiscal e da Auditoria.....	50
7.5 Plano de acompanhamento das recomendações da PREVIC.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
CONCLUSÕES.....	65

INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar as análises relativas às atividades do **2º semestre de 2014** da Funpresp-Jud, especialmente para subsidiar a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal no que se refere às exigências da Resolução CGPC nº 13, de 2004, que estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar – EFPC.

A Resolução CGPC nº 13 determina ao Conselho Fiscal a emissão semestral de relatórios de controles internos nos seguintes termos:

*Art. 19. Sem prejuízo de atribuições definidas em normas específicas, o **conselho fiscal** emitirá relatórios de controles internos, pelo menos semestralmente, que contemplem, no mínimo:*

I - as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária;

II - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;

III - análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

Para a elaboração deste relatório consolidado foram disponibilizados os respectivos **relatórios gerenciais** das áreas internas da Fundação, solicitados por meio do Despacho Conjunto PRESI nº 20, de 27 de janeiro de 2015, bem como considerados os documentos listados abaixo, para auxiliar no exame da observância às obrigações legais e institucionais:

- Relatório de Controles Internos do Conselho Fiscal – 1º semestre 2014;
- Relatório de Auditoria dos Patrocinadores nº 01/2014;
- Relatórios Trimestrais da Diretoria Executiva 2014;
- Plano de monitoramento e avaliação do Planejamento Estratégico;
- Programa de Controle Interno 2014;
- Atas da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal;
- Política de Investimentos 2014;
- Relatório da Execução Orçamentária das Despesas Administrativas - Exercício 2014.

O controle de processos e procedimentos internos será cumprido pelo monitoramento contínuo dos principais resultados da Entidade, suas atividades e respectivos riscos, bem como pela elaboração e acompanhamento de recomendações, sendo relevante considerar que a Funpresp-Jud é pessoa jurídica instituída em 2013, portanto ainda em fase de implantação e consolidação.

1. GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Os controles dos investimentos são realizados de modo a monitorar riscos operacional, legal, sistêmico, de mercado, de crédito e de liquidez, bem como para avaliar as rentabilidades, o enquadramento da alocação dos recursos aos limites e parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, e a adequação dos custos com gestão dos investimentos, tudo com vistas ao cumprimento da legislação específica.

As informações apresentadas neste tópico estão contidas no **Relatório da Diretoria de Investimentos - DIRIN**.

1.1 Da Política de Investimentos – 2º Semestre de 2014

A aplicação dos recursos correspondentes às reservas, às provisões e aos fundos deve ser realizada conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. Essas diretrizes estão previstas na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Resolução nº 4.275 de 31 de outubro de 2013.

A Resolução CMN nº 3.792 determina que a EFPC defina a política de investimentos para a aplicação dos recursos de cada plano por ela administrado. Sobre o tema a DIRIN expõe o seguinte:

“Após a aprovação da nova Política de Investimentos 2014, em reunião extraordinária do Conselho Deliberativo ocorrida em 07/05/2014, foi iniciado procedimento para realocação das aplicações financeiras em 21/05/2014 (PB) e em 22/05/2014 (PGA).

Resumidamente, decidiu-se por aplicações somente em renda fixa, porém iniciando-se o processo gradual de ligeiro alongamento de prazos, notadamente para o PB.”

Acerca do **Cenário Macroeconômico** assim relatou a DIRIN:

“O segundo semestre de 2014 foi caracterizado como um período de volatilidade mais acentuada nos mercados financeiros doméstico e internacional. Especificamente em relação ao cenário externo, destacam-se: i) fortalecimento da economia dos EUA no período; ii) fraqueza nos indicadores econômicos europeus e mudança de postura do Banco Central Europeu no sentido de se ampliar a liquidez monetária com vistas à retomada da economia e à elevação da inflação, que vem caminhando para níveis próximos a zero; iii) redução nos indicadores de atividade e crescimento na China, com forte impacto negativo nos preços das commodities; iv) redução nas previsões de crescimento mundial para 2014; e, v) expressiva redução no preço do



petróleo ao longo do período (aproximadamente 45%), e de maneira ainda mais significativa no mês de dezembro (aproximadamente 24%).

Já o cenário doméstico foi fortemente influenciado pelas eleições, notadamente para presidente da República. Adicionalmente, os indicadores econômicos continuaram apresentando forte deterioração: superávit primário cadente ao longo do período culminando com déficit primário de 0,6% do PIB no acumulado do ano; déficit nominal recorde (6,7% do PIB) nos últimos sete anos; dívida pública em aceleração (63,4% do PIB no caso da dívida bruta e de 36,7% do PIB para a dívida líquida); atividade industrial depreciada; inflação próxima ao teto da banda, finalizando o ano em 6,41%; investimentos em queda; déficit externo elevado.

Os fatores acima listados, tanto domésticos quanto externos, influenciaram fortemente os ativos financeiros, com movimentos distintos ao longo do período em análise. O destaque foi o mês de dezembro, não apenas pela exacerbação da volatilidade dos diversos ativos, como também por ter apresentado rentabilidade negativa em investimentos domésticos mais arriscados (IRF-MI+: -0,49%; IMA-B5+: -2,96%; IBrX-50: -8,71%; IDIV: -10,91%).

Em virtude do exposto, deve-se destacar que as aplicações financeiras da Funpresp-Jud, embora tenham sido impactadas pelo cenário descrito, apresentaram rendimento razoável no período devido ao caráter ainda conservador dos investimentos.

O Plano de Gestão Administrativa – PGA manteve suas aplicações em IRF-MI (85%) e em CDI (15%), em linha com o benchmark adotado. Já o Plano de Benefícios – PB finalizou o semestre com investimentos em IRF-MI (54%) e em IMA-B5 (46%), percentuais próximos aos determinados como a alocação benchmark da Política de Investimentos 2014 (50% em IRF-MI e 50% em IMA-B5)."

1.2 Aderência da gestão dos Recursos Garantidores às Normas em Vigor e à Política de Investimentos

Seguem abaixo tabelas acerca dos limites, restrições e benchmark:

Tabela 1 – PGA: Limites, restrições e benchmark para segmentos de aplicação

Segmento de Aplicação	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal	Benchmark
1. Renda Fixa	100%	80%	100%	100%	85% em IRF-MI e 15% em DI – Depósito Interfinanceiro
Títulos Públicos Federais prefixados, pós-fixados, indexados à Inflação e Operações Compromissadas	95%	80%	100%	100%	-
Títulos Privados ⁽¹⁾	5%	0%	50%	80%	-

Fonte/Elaboração: FUNPRESP-JUD.

Notas: (1) Títulos Privados classificados como de baixo risco de crédito, conforme item 20.2.

Tabela 2 – PB (Reservas e FCBE): Limites, restrições e benchmark para segmentos aplicação

Segmento de Aplicação	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal	Benchmark
1. Renda Fixa	100%	80%	100%	100%	50% em IRF-M1 e 50% em IMA-B5
Títulos Públicos Federais prefixados, pós-fixados, indexados à Inflação e Operações Compromissadas	100%	80%	100%	100%	-
Títulos Privados ⁽¹⁾	0%	0%	10%	80%	-

Fonte/Elaboração: FUNPRESP-JUD.

Notas: (1) Títulos Privados classificados como de baixo risco de crédito conforme item 20.2;

Os saldos segregados por planos podem ser vistos a seguir:

Tabela 3 – Saldos Segregados por Planos
SALDOS SEGREGADOS POR PLANOS

em R\$ mil

DATA	PGA				PB					TOTAL
	CC	FI DI/RF	FI IRF-M1	Subtotal	CC	FI DI/RF	FI IRF-M1	FI IMA-B5	Subtotal	
31/dez/2013	-	26.103,99	-	26.103,99	2,36	21,33	-	-	23,69	26.127,68
31/mar/2014	-	26.434,39	-	26.434,39	-	385,27	-	-	385,27	26.819,66
30/jun/2014	-	3.428,29	22.621,06	26.049,36	-	-	993,46	332,39	1.325,85	27.375,21
30/set/2014	-	4.566,74	20.868,34	25.435,08	0,61	541,26	1.659,16	726,55	2.927,58	28.362,66
31/out/2014	-	3.984,99	20.915,59	24.900,58	0,35	50,23	2.681,89	896,36	3.628,83	28.529,42
30/nov/2014	-	5.126,82	19.285,51	24.412,33	-	11,45	2.163,52	2.230,35	4.405,31	28.817,65
31/dez/2014	-	3.721,69	19.530,97	23.252,66	32,74	11,36	2.947,99	2.527,74	5.519,83	28.772,48

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA

Elaboração: DIRIN

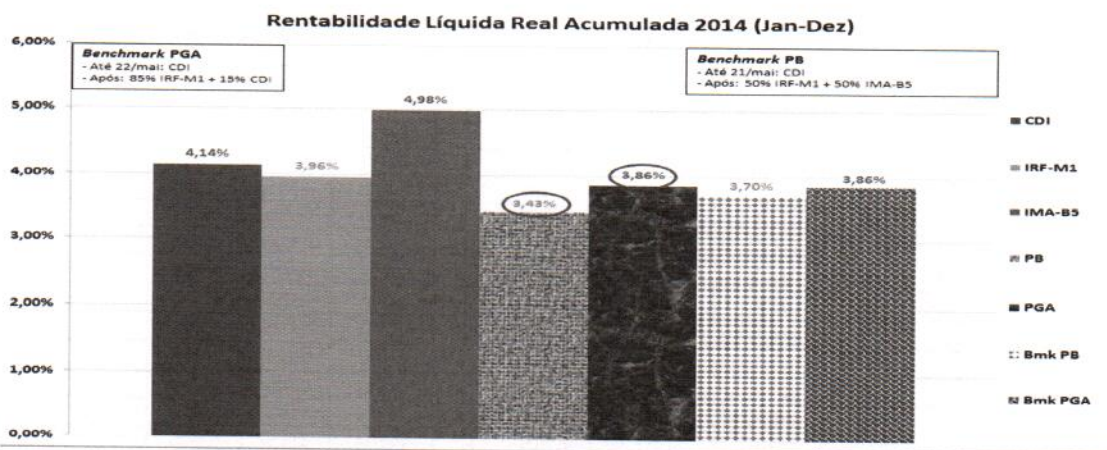
Tabela 4 – Comparativo Rentabilidade Acumulada (por trimestre)

Período	RENTA FIXA					RENTA VARIÁVEL		FUNPRESP-JUD	
	CDI	IRF-M1	IRF-M1+	IMA-B5	IMA-B5+	IBRX-50	IDIV	PB	PGA
1º Tri 2014	2,40%	2,29%	2,91%	3,03%	2,18%	-2,07%	-2,85%	2,42%	2,42%
2º Tri 2014	2,51%	2,73%	4,83%	3,94%	8,85%	5,09%	3,81%	2,72%	2,57%
3º Tri 2014	2,72%	2,63%	1,64%	2,22%	2,43%	2,25%	-0,55%	2,33%	2,59%
4º Tri 2014	2,76%	2,58%	2,08%	2,04%	2,41%	-7,48%	-18,27%	2,22%	2,55%
Acumulado 2014	10,81%	10,62%	11,93%	11,71%	16,68%	-2,65%	-18,03%	10,05%	10,52%

Fonte: Banco Central, CETIP, Anbima, Banco do Brasil, CAIXA, BM&FBovespa

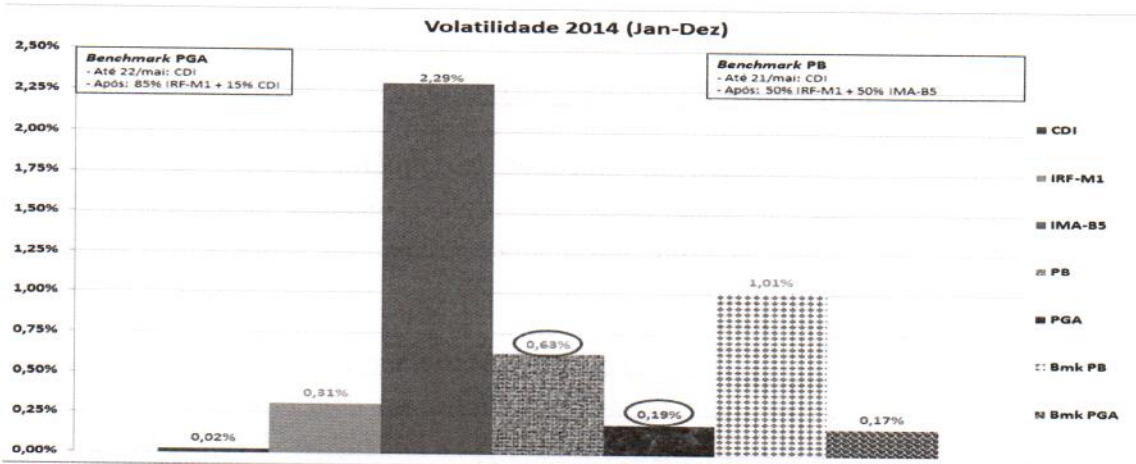
Elaboração: DIRIN

Gráfico 1 – Comparativo de Rentabilidade Líquida Real Acumulada (2014)



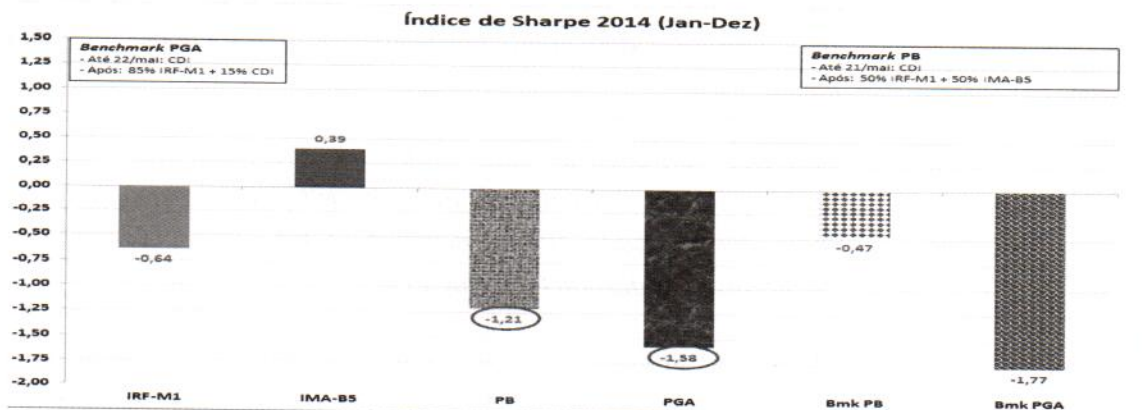
Fonte: Banco Central, CETIP, Anbima, Banco do Brasil, CAIXA, BM&FBovespa, IBGE Elaboração: DIRIN

Gráfico 2 – Comparativo de Volatilidade (2014)



Fonte: Banco Central, CETIP, Anbima, Banco do Brasil, CAIXA, BM&FBovespa Elaboração: DIRIN

Gráfico 3 – Comparativo do Índice de Sharpe (2014)



Fonte: Banco Central, CETIP, Anbima, Banco do Brasil, CAIXA, BM&FBovespa Elaboração: DIRIN

Tabela 5 – Divergência Não Planejada (DNP)

PLANO DE BENEFÍCIOS - PB					PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA				
Data	Rentabilidade		DNP Mensal (PB - Bmk)	Desvio-Padrão Acm 12m DNP Mensal	Data	Rentabilidade Mensal		DNP Mensal (PGA - Bmk)	Desvio-Padrão Acm 12m DNP Mensal
	PB	Benchmark				PGA	Benchmark		
jan/14	0,834%	0,840%	-0,006%	0,009%	jan/14	0,837%	0,840%	-0,003%	0,008%
fev/14	0,795%	0,783%	0,012%	0,009%	fev/14	0,791%	0,783%	0,008%	0,008%
mar/14	0,777%	0,760%	0,017%	0,010%	mar/14	0,770%	0,760%	0,010%	0,009%
abr/14	0,808%	0,815%	-0,007%	0,010%	abr/14	0,839%	0,815%	0,023%	0,011%
mai/14	0,987%	1,096%	-0,108%	0,044%	mai/14	0,862%	0,877%	-0,016%	0,013%
jun/14	0,897%	0,990%	-0,093%	0,050%	jun/14	0,845%	0,862%	-0,016%	0,013%
jul/14	0,892%	0,899%	-0,008%	0,047%	jul/14	0,926%	0,942%	-0,016%	0,014%
ago/14	0,816%	1,080%	-0,265%	0,089%	ago/14	0,827%	0,828%	-0,001%	0,013%
set/14	0,610%	0,390%	0,219%	0,116%	set/14	0,814%	0,812%	0,002%	0,012%
out/14	0,850%	0,875%	-0,024%	0,111%	out/14	0,849%	0,848%	0,001%	0,012%
nov/14	0,919%	0,903%	0,016%	0,111%	nov/14	0,786%	0,782%	0,004%	0,012%
dez/14	0,435%	0,453%	-0,017%	0,110%	dez/14	0,897%	0,892%	0,005%	0,012%
2014	10,05%	10,34%	-0,29%		2014	10,52%	10,52%	0,00%	

Fonte: Banco Central, CETIP, Anbima, Banco do Brasil, CAIXA, BM&FBovespa

Elaboração: DIRIN

➤ **Principais indicadores financeiros apresentados:**

- ❖ *DI: tradicional indicador de rentabilidade para aplicações de renda fixa de curtíssimo prazo (overnight), calculado pela CETIP. O nome oficial é DI – Depósito Interfinanceiro, embora também seja usualmente tratado como CDI.*
- ❖ *IRF-MI: subíndice do IMA (Índice de Mercado Anbima) composto por títulos públicos federais prefixados com prazo de até um ano. Indicador utilizado como parâmetro para aplicações de renda fixa de curto prazo.*
- ❖ *IRF-MI+: subíndice do IMA (Índice de Mercado Anbima) composto por títulos públicos federais prefixados com prazo superior a um ano. Indicador utilizado como parâmetro para aplicações de renda fixa de médio prazo.*
- ❖ *IMA-B5: subíndice do IMA (Índice de Mercado Anbima) composto por títulos públicos federais indexados ao IPCA com prazo de até cinco anos. Indicador utilizado como parâmetro para aplicações de renda fixa de médio prazo indexadas à inflação.*
- ❖ *IMA-B5+: subíndice do IMA (Índice de Mercado Anbima) composto por títulos públicos federais indexados ao IPCA com prazo superior a cinco*

anos. Indicador utilizado como parâmetro para aplicações de renda fixa de longo prazo indexadas à inflação.

- ❖ *IBrX-50: índice que mede o retorno total de uma carteira teórica composta por 50 ações selecionadas entre as mais negociadas na BM&FBOVESPA em termos de liquidez, ponderadas pelo valor de mercado das ações disponíveis à negociação.*
- ❖ *IDIV: índice composto pelas empresas listadas na BM&FBOVESPA que apresentaram os maiores “dividend yields” nos últimos 24 meses anteriores à seleção da carteira.*

Os pontos destacados pela DIRIN em relação à **rentabilidade e risco** foram os seguintes:

- i. *“Como mencionado anteriormente, os investimentos da Fundação foram impactados no semestre pelo cenário mais volátil observado, principalmente nos meses de setembro e dezembro. Dessa forma, pode-se perceber pela Tabela 4 que as aplicações financeiras mais conservadoras novamente obtiveram desempenho superior às mais arriscadas no 3º e 4º trimestres de 2014, sendo o CDI a de melhor desempenho dentre os indicadores listados;*
- ii. *O PGA obteve rendimento próximo ao IRF-MI, tanto no semestre quanto no acumulado de 2014, tendo sido inferior unicamente por conta da taxa de administração a que as aplicações da Fundação estão sujeitas¹. Especificamente em relação ao benchmark adotado, o PGA apresentou rentabilidade equivalente a 100% do mesmo, ambos com rentabilidade líquida nominal de 10,52%;*
- iii. *Já o PB apresentou rendimento menos expressivo que o PGA, mas ainda assim acima de praticamente todos os indicadores mais agressivos (exceto o IMA-B5+) no semestre analisado. No consolidado de 2014, a rentabilidade líquida nominal alcançou 10,05% contra 10,34% do benchmark estipulado, correspondendo a 97,4%;*

¹ Custo de aproximadamente 0,24% ao ano (0,06% ao trimestre)

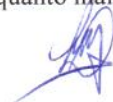
- iv. *Especificamente em relação à rentabilidade líquida real do ano² (Gráfico 1), percebe-se que o PB obteve atingiu 3,43% e o PGA 3,86%, considerando que o IPCA foi de 6,41%;*
- v. *Em relação à volatilidade³ observada na gestão dos planos (Gráfico 2), pode-se perceber que ainda se encontram em patamares conservadores (0,63% no PB e 0,19% no PGA);*
 - a. *A diferença entre a volatilidade do PB em comparação ao seu índice de referência (Bmk PB) deve-se à diferença entre as carteiras entre maio e novembro de 2014, quando a carteira do Plano de Benefícios foi ajustada ao benchmark estipulado;*
- vi. *Especificamente no caso do Índice de Sharpe⁴ (Gráfico 3), no período considerado, tanto o PB quanto o PGA apresentaram indicadores negativos, o que significa que a rentabilidade obtida foi inferior à do ativo livre de risco (CDI), apesar do risco mais elevado assumido;*
- vii. *Finalmente, no que se refere à Divergência Não Planejada (DNP), vide Tabela 5, o desvio-padrão da DNP acumulado em 12 meses se estabilizou em 0,11% no último trimestre para o caso do PB, patamar considerado reduzido. Em relação à DNP do PGA, verifica-se que a aderência da alocação efetiva com o benchmark proposto foi bastante elevada durante todo o período, resultando em um desvio-padrão insignificante.”*

Conclui a DIRIN que: “Especificamente em relação às normas legais, como os limites de aplicação constantes da Política de Investimento 2014 são sempre iguais ou mais restritivos que aqueles presentes na Resolução CMN 3.792/2009, há perfeita aderência às normas em vigor.”

² Rentabilidade líquida nominal (já deduzidos os custos dos investimentos) descontando-se a inflação do período.

³ A Volatilidade representa o grau médio de variação dos retornos de um determinado investimento.

⁴ O Índice de Sharpe é aquele que tem por objetivo ajustar o retorno do ativo pelo seu risco. Assim, quanto maior o retorno do ativo e menor o risco do investimento, melhor será o índice calculado.



1.3 Custos na Gestão dos Investimentos

O relatório da DIRIN informa que: “Tendo em vista que a totalidade das aplicações financeiras efetuadas pela Funpresp-Jud, tanto para o PGA quanto para o PB, ocorrem por meio de fundos de investimento abertos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), há apenas a incidência da taxa de administração específica de cada fundo, conforme **Tabela 6** a seguir.”

Fundo de Investimento	CNPJ	Benchmark	Taxa Administração (ao ano)
BB Institucional Fundo de Investimento Renda Fixa	02.296.928/0001-90	CDI (implícito)	0,20%
BB Previdenciário Renda Fixa IRF-M 1 Títulos Públicos FIC	11.328.882/0001-35	IRF-M1	Até 0,30%
BB Previdenciário Renda Fixa IMA-B5 LP FIC	03.543.447/0001-03	IMA-B5	0,20%
FI Caixa Brasil REF DI LP	03.737.206/0001-97	CDI	0,20%
FI Brasil IRF-M 1 Títulos Públicos RF	10.740.670/0001-06	IRF-M1	0,20%

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA

Tabela 7 – Rentabilidade Bruta x Rentabilidade Líquida (Custos dos Investimentos)

PB	Rentabilidade		
	Líquida	Bruta	Diferença
jan/14	0,83%	0,85%	0,02%
fev/14	0,79%	0,81%	0,02%
mar/14	0,78%	0,79%	0,02%
abr/14	0,81%	0,82%	0,02%
mai/14	0,99%	1,01%	0,02%
jun/14	0,90%	0,92%	0,02%
jul/14	0,89%	0,92%	0,03%
ago/14	0,82%	0,84%	0,02%
set/14	0,61%	0,63%	0,02%
out/14	0,85%	0,87%	0,02%
nov/14	0,92%	0,94%	0,02%
dez/14	0,44%	0,45%	0,02%
Acumulado 2014	10,05%	10,31%	0,257%

PGA	Rentabilidade		
	Líquida	Bruta	Diferença
jan/14	0,84%	0,85%	0,02%
fev/14	0,79%	0,81%	0,02%
mar/14	0,77%	0,79%	0,02%
abr/14	0,84%	0,85%	0,02%
mai/14	0,86%	0,88%	0,02%
jun/14	0,85%	0,86%	0,02%
jul/14	0,93%	0,95%	0,02%
ago/14	0,83%	0,85%	0,02%
set/14	0,81%	0,83%	0,02%
out/14	0,85%	0,87%	0,02%
nov/14	0,79%	0,80%	0,02%
dez/14	0,90%	0,92%	0,02%
Acumulado 2014	10,52%	10,76%	0,243%

Fonte: Banco Central, CETIP, Anbima, Banco do Brasil, CAIXA, BM&FBovespa

Elaboração: DIRIN

Relata ainda que: “A partir da Tabela 7, podem-se perceber os custos dos investimentos ao longo de 2014, quando o PB obteve rentabilidade bruta de 10,31% e líquida de 10,05% (custo equivalente a 0,26%). No caso do PGA, a rentabilidade bruta alcançou 10,76% e a líquida 10,52%, ou seja, o custo foi equivalente a 0,24%. Deve-se ressaltar que tais custos correspondem à taxa de administração média cobrada pelos fundos de investimento onde os recursos encontravam-se aplicados.”



Comentário:

Verifica-se que os limites globais e de diversificações dos enquadramentos das alocações de recursos, bem como as rentabilidades alcançadas e o resultado econômico dos investimentos do Plano de Benefícios e do PGA, estão aderentes às normas em vigor e à Política de Investimentos.

Em relação a custos, constata-se que não há taxa de performance, portanto em linha com o disposto no art. 28 da Lei nº 12.618, de 2012.

Destaque positivo para a contratação, já realizada pela Entidade, de serviço de custódia qualificada, controladoria e escrituração de ativos, cuja previsão está inserida no art. 14 da Resolução CMN nº 3.792, de 28 de setembro de 2009:

Art. 14. É obrigatória a contratação de pessoa jurídica registrada na CVM para prestar o serviço de custódia, responsável pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações, bem como pela guarda e verificação da existência dos títulos e valores mobiliários.

Sobre o tema a Coordenação de Investimentos e Finanças relata na Nota Técnica nº 16, de 2014 (item 10), que “ao serviço de custódia e controladoria de ativos está normalmente associado o serviço de controles de ativos” sendo que “a este serviço, podemos citar a precificação dos títulos e valores mobiliários, a emissão de relatórios constando posições atualizadas e consolidadas de ativos de propriedade do contratante e contratação e apuração das cotas dos planos, no caso de uma EFPC”.

No que se refere à **forma de gestão dos recursos**, constata-se que até o segundo semestre de 2014 a totalidade das aplicações financeiras efetuadas pela Funpresp-Jud, tanto para o PGA quanto para o PB, ocorreram por meio de **fundos de investimento** abertos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal – instituições financeiras federais).

O § 1º do art. 15 da Lei nº 12.618, de 2012, dispõe o seguinte:

Art. 15. A aplicação dos recursos garantidores correspondentes às reservas, às provisões e aos fundos dos planos de benefícios da Funpresp-Exe, da Funpresp-Leg e da Funpresp-Jud obedecerá às diretrizes e aos limites prudenciais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

§ 1º A gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios administrados pelas entidades referidas no caput poderá ser realizada por meio de carteira própria, carteira administrada ou fundos de investimento.

Vê-se que o § 1º do art. 15 autoriza a gestão dos recursos por meio de carteira própria, carteira administrada e fundos de investimentos, ou seja, as entidades podem gerir diretamente seus recursos ao utilizar a carteira própria ou terceirizar a gestão por meio de carteira administrada e de fundos de investimentos.

No futuro, com a utilização de outros instrumentos de investimentos (ex.: renda variável e investimentos no exterior), bem assim com a diversificação da gestão, notadamente por meio de carteira própria, é desejável que se desenvolvam e aprimorem procedimentos de avaliação de riscos, devidamente documentados, sobretudo de crédito, de mercado e de liquidez. No caso de gestão de terceiros (carteira administrada e fundos de investimento), a referida avaliação de riscos, embora efetuadas pelos respectivos gestores, devem ser acompanhadas pela DIRIN.

Acerca de análises e estudos para o processo decisório de investimentos, o Guia PREVIC de Melhores Práticas em Investimentos orienta o seguinte:

Estudos prévios

27 O investimento deve iniciar-se com uma avaliação conjuntural, passando por cenários de médio e longo prazos, associados com estudos de administração de ativos e passivos para planos de benefício definido e estruturas que permitam compor maior rentabilidade para planos de contribuição definida, como, por exemplo, estratégias associadas ao ciclo de vida dos participantes. (...)

31 Uma análise histórica e transparente no que tange às rentabilidades por segmento de investimento é recomendável para verificar como cada segmento se comportou no passado, especialmente o mais recente. (...)

Política de investimento

Requisitos

55 Recomenda-se que a EFPC explique os motivos que a levam a investir em um segmento e não investir em outro. (...)

Avaliação do risco e controle

90 Os mecanismos de controle interno e externo devem ser parte do sistema de gerenciamento dos riscos inerentes ao processo de investimento. Todos os agentes intervenientes do processo devem agir como fiscalizadores do cumprimento da responsabilidade fiduciária da EFPC. (...)

95 A decisão de investir em determinado ativo deve ser precedida de avaliação quanto à compatibilidade do mesmo com a política de investimento do plano de benefícios e de avaliação de risco adequada a cada ativo. Por exemplo, ativos nos quais o plano de benefícios nunca tenha investido, e que sejam permitidos pela legislação e pela política de investimento, devem ter seus riscos mapeados, entendidos e mitigados com técnicas conhecidas. (...)



97 A EFPC deve mapear os riscos inerentes aos ativos, desenvolver acompanhamento dos mesmos e construir planos de contingência para os diversos ativos e as modalidades de riscos.

Sobre análise de riscos, assim estabelece a Resolução CMN nº 3.792, de 2009 (redação dada pela Resolução CMN nº 4.275, de 31/10/2013):

*Art. 9º Na aplicação dos recursos, a EFPC deve **identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos**, incluídos os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico, e a segregação das funções de gestão, administração e custódia.*

(...)

*Art. 13. A EFPC deve **acompanhar e gerenciar o risco e o retorno** esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos.*

*Parágrafo único. Até a implementação de **modelo próprio de monitoramento do risco** mencionado no caput, a EFPC deve calcular a divergência não planejada entre o resultado dos investimentos e o valor projetado para estes investimentos.*

(...)

Art. 16. A EFPC deve definir a política de investimento para a aplicação dos recursos de cada plano por ela administrado.

(...)

§ 3º A política de investimento de cada plano deve conter, no mínimo, os seguintes itens:

*(...) VII - a **metodologia e os critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico**; e*

(...)

*Art. 30. A aquisição de títulos e valores mobiliários classificados nos segmentos de renda fixa e de renda variável, bem como a prestação de garantias em investimentos de SPE, **devem ser precedidas de análise de risco**.*

*§ 1º A **análise de risco** deve ser aprovada por **órgão de governança** competente nas áreas de investimento e de risco da EFPC, podendo considerar, dentre outros critérios, a **opinião emitida por agência de classificação de risco de crédito** registrada ou reconhecida pela Comissão de Valores Mobiliários.*

§ 2º Excetuam-se do caput os seguintes ativos:

I - os títulos da dívida pública mobiliária federal; II - as ações e demais valores mobiliários negociados em bolsas de valores ou de mercadorias e de futuros; III - as cotas de fundos de índice, referenciado em cesta de ações de companhias abertas, admitidas à negociação em bolsa

de valores; IV - as ações de emissão de SPE; e V - as cotas de fundos de investimento e de fundos de investimento em cotas de fundo de investimento consideradas como ativos finais, nos termos do disposto no art. 48.

§ 3º A opinião sobre o risco de crédito de obrigações de emissão de organismos multilaterais pode ser expedida por agência classificadora de risco em funcionamento no país sede do emissor.

Art. 44. A EFPC pode realizar operações com derivativos, desde que observadas, cumulativamente, as seguintes condições:

I - avaliação prévia dos riscos envolvidos; (...)

No que se refere ao gerenciamento dos riscos de investimentos, destacam-se como principais referências para o segmento das EFPC:

- inserir a diretoria e os conselhos na estrutura da gestão de risco;
- formalizar em documentos as atribuições, as responsabilidades e os procedimentos da entidade (mapeamento e manualização de processos);
- possuir controles internos de cada área específica focados na gestão baseada em riscos;
- risco de Mercado:
 - acompanhar as informações recebidas dos agentes de custódia, dos administradores, dos gestores e produzir análises e relatórios;
 - usar ferramentas para avaliar o risco de mercado dos ativos de forma a monitorar a exposição a esse risco;
 - elaborar relatórios que permitam o acompanhamento frequente dos ativos, em especial da variação de preço, volatilidade e liquidez;
 - para fundos de investimento não exclusivos, verificar junto ao agente de custódia se o grau de exposição ao risco está em linha com os objetivos da EFPC.
- risco de Crédito (notadamente no caso de gestão por carteira própria):
 - criar relatórios que permitam o acompanhamento frequente dos ativos, em especial da concentração por emissores;
 - usar opinião especializada e outras informações sobre a solvência do emissor ou garantias da operação. O histórico das notas obtidas, a data em que foi emitida a nota, o prazo a que se refere e se existem ressalvas são informações relevantes de análise;
 - a gestão de risco de crédito deve permanecer após a compra do ativo, estendendo da aquisição até o vencimento do título ou enquanto estiver na carteira de investimentos da EFPC. Sugere-se que se criem rotinas,

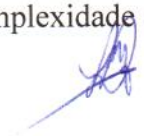
- procedimentos e relatórios para monitorar o portfólio para efeitos deste fator de risco;
- as análises de cenários e testes de estresse são instrumentos úteis para avaliar a exposição da entidade ao risco de crédito.
 - adotar uma política de investimentos com critérios claros e objetivos para tomada de decisões;
 - buscar o perfil de investimentos adequados à situação atuarial dos planos de benefícios e respectivos fundos coletivos;
 - revisar, periodicamente e quando necessário, a política de investimentos;
 - avaliar o desempenho dos prestadores de serviço para assegurar a performance contratada;
 - ser proativo na gestão do risco legal; e
 - criar relatórios específicos para monitorar cada tipo de risco.

As referências acima são gerais para todas as EFPC, devendo-se ponderar sua aplicação ao porte e a complexidade, conforme art. 1º da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 2004:

*Art. 1º As entidades fechadas de previdência complementar - EFPC devem adotar princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos **adequados ao porte, complexidade e riscos** inerentes aos planos de benefícios por elas operados, de modo a assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos.*

Nesse contexto, é relevante para o processo decisório considerar a conjuntura econômica e política interna e externa, avaliando a repercussão no preço e rentabilidade dos ativos, bem como é desejável, notadamente no caso de gestão própria, que se desenvolvam **relatórios de monitoramento e análise de cada tipo de risco**.

Por fim, constata-se no caso específico da Funpresp-Jud um devido acompanhamento e cumprimento dos princípios e procedimentos acima, naquilo que aplicável à sua modalidade de gestão por fundos de investimentos, bem como adequados ao porte e à complexidade de sua atual carteira.



2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

As informações constantes deste tópico foram obtidas dos **Relatórios da Diretoria de Administração - DIRAD**.

2.1 Execução orçamentária

O controle da execução orçamentária requer uma análise se as projeções de despesas estão acontecendo dentro de padrões e desvios aceitáveis. O exame é feito por meio da comparação entre o valor projetado (orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo) e o efetivamente realizado. A análise de eventuais desvios considera aspectos quantitativos e qualitativos, e para os desvios fora do padrão, recomendam-se justificativas.

O orçamento de 2014 foi aprovado pelo Conselho Deliberativo na 4ª sessão ordinária ocorrida em 04 de abril de 2014. Houve uma reprogramação orçamentária também aprovada formalmente pelo Conselho Deliberativo na 9ª sessão ordinária em 18 de setembro de 2014.

As despesas administrativas se referem aos gastos realizados para manutenção da Fundação, como pagamento de pessoal e encargos, treinamentos, viagens, serviços de terceiros, despesas gerais e ativo permanente.

As informações abaixo constam do relatório “Execução Orçamentária das Despesas Administrativas - exercício 2014”, elaborado em janeiro de 2015 pela COAFI/DIRAD; e do Relatório de Gestão Contábil – exercício 2014, elaborado pela CCONT/DIRAD.

No acompanhamento orçamentário foram apurados os dados acumulados de julho até dezembro de 2014 e o consolidado do ano, comparando o orçamento previsto e o realizado:

Tabela 1 – Execução orçamentária (R\$)

Descrição	Previsto	Realizado	Varição
Despesas administrativas (2º sem.)	5.475.119	4.352.475	- 20,51%
Consolidado do ano	7.275.806	5.789.743	- 20,42%

Fonte: Coafi/Dirad



Tabela 2 - Despesas administrativas realizadas pela Funpresp-Jud (comparativos mensais jan - dez 2014)

Mês	Pessoal e Encargos	Treinamentos	Passagens e Diárias	Serviços de Terceiros	Despesas Gerais	Ativo Permanente	Total
Jan	—	—	—	17.420,00	1.626,22	—	19.046,22
Fev	111.450,33	—	—	4.000,00	31.806,72	—	147.257,05
Mar	126.197,73	—	—	—	10.191,85	—	136.389,58
Abr	319.060,88	—	—	11.990,00	11.350,84	—	342.401,72
Mai	518.325,85	—	—	14.167,28	12.225,58	—	544.718,71
Jun	193.838,33	5.844,00	—	33.779,95	13.992,14	—	247.454,42
Jul	577.018,29	3.700,00	—	1.307,14	29.679,12	7.980,00	619.684,55
Ago	328.666,57	6.443,00	6.227,56	9.618,80	32.130,28	—	383.086,21
Set	313.481,34	17.125,60	1.490,82	9.458,78	35.379,98	—	376.936,52
Out	750.904,21	5.728,15	1.550,00	177,36	33.205,69	—	791.565,41
Nov	665.931,22	5.516,45	4.421,13	141,83	64.257,42	—	740.268,05
Dez	1.031.014,39	1.632,00	363,59	379.774,81	28.150,01	—	1.440.934,80
Total	4.935.889,14	45.989,20	14.053,10	481.835,95	303.995,85	7.980,00	5.789.743,24
Média	411.324,10	3.832,43	1.171,09	40.153,00	25.332,99	665,00	

Fonte: Coafi/Dirad

Tabela 3 – Orçamento Previsto x Realizado

R\$ 1,00

Descrição	Previsto	Realizado	Saldo	Variação %
1. PESSOAL E ENCARGOS	5.200.989	4.935.889	265.100	- 5,1%
2. TREINAMENTO/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	98.804	45.989	52.815,01	- 53,4%
3. PASSAGENS E DIÁRIAS	54.926	14.053	40.873	- 74,4%
4. SERVIÇOS DE TERCEIROS	981.145	481.835	499.309	- 50,9%
5. DESPESAS GERAIS	298.220	303.995	(5.775)	+ 1,94%
6. ATIVO PERMANENTE	641.720,00	7.980,00	633.740,00	+ 1,24%
TOTAL (consolidado ano)	7.275.806	5.789.743	1.486.063	- 20,42%

Fonte: Coafi/Dirad

A Coordenadoria de Administração e Finanças assim explica a evolução orçamentária:

“No final do quarto trimestre de 2014 registramos o valor total executado de R\$ 5.789.743 (cinco milhões, setecentos e oitenta e nove mil, setecentos e quarenta e três reais), restando um saldo de R\$ 1.486.063 (um milhão, quatrocentos e oitenta e seis mil, sessenta e três

reais). O fato justifica-se pelas despesas com ressarcimentos de pessoal com servidores cedidos de outros órgãos, que não foram enviadas à Funpresp-Jud para pagamento no exercício de 2014 e ajuste nos gastos das demais contas.

(...)

O saldo de R\$ 1,5 milhão não executado em 2014 é composto por aproximadamente R\$ 534 mil de economia, R\$ 809 mil em despesas planejadas e não realizadas e aproximadamente R\$ 178 mil de obrigações devidas e não pagas em 2014, mas que serão executadas em 2015 conforme detalhamento nos quadros a seguir.”

Em relação a contabilizar no ativo permanente os bens recebidos pela Fundação, a DIRAD esclarece que “Os percentuais destacados referem-se à execução orçamentária das despesas administrativas de 2014. Quando nos referimos a ativo permanente em linguagem orçamentária, estamos indicando o montante de investimentos.”

Quanto ao prazo legal para registro do permanente nas demonstrações contábeis, informa que “passa a contar a partir do recebimento em doação oficializada por documentos específicos. Em nosso caso, apenas o CJF foi realizado o tombamento e registro contábil. Os bens do CNJ estão em processo de tombamento. O documento oficial de doação com valores depreciados dos bens está pendente de devolução do CNJ. No caso do STF, os poucos bens estão sendo utilizado em regime de “Empréstimo” sem definição de doação por enquanto.”

Seguem abaixo as tabelas comparativas **mensais e trimestrais** de execução orçamentária de janeiro a dezembro de 2014, e respectivas justificativas para as variações, transcritas do Relatório DIRAD:

Tabela 4 - Despesas administrativas Funpresp-Jud (R\$)

Mês	Pessoal e Encargos	Treinamentos	Passagens e Diárias	Serviços de Terceiros	Despesas Gerais	Ativo Permanente	Total
Jan	—	—	—	17.420,00	1.626,22	—	19.046,22
Fev	111.450,33	—	—	4.000,00	31.806,72	—	147.257,05
Mar	126.197,73	—	—	—	10.191,85	—	136.389,58
Abr	319.060,88	—	—	11.990,00	11.350,84	—	342.401,72
Mai	518.325,85	—	—	14.167,28	12.225,58	—	544.718,71
Jun	193.838,33	5.844,00	—	33.779,95	13.992,14	—	247.454,42
Jul	577.018,29	3.700,00	—	1.307,14	29.679,12	7.980,00	619.684,55
Ago	328.666,57	6.443,00	6.227,56	9.618,80	32.130,28	—	383.086,21
Set	313.481,34	17.125,60	1.490,82	9.458,78	35.379,98	—	376.936,52
Out	750.904,21	5.728,15	1.550,00	177,36	33.205,69	—	791.565,41

Nov	665.931,22	5.516,45	4.421,13	141,83	64.257,42	—	740.268,05
Dez	1.031.014,39	1.632,00	363,59	379.774,81	28.150,01	—	1.440.934,80
Total	4.935.889,14	45.989,20	14.053,10	481.835,95	303.995,85	7.980,00	5.789.743,24
Média	411.324,10	3.832,43	1.171,09	40.153,00	25.332,99	665,00	

Fonte: Coafi/Dirad

Tabela 5 - Comparativo de despesas do 1º e 2º trimestres (R\$)

Descrição	1º Trimestre	2º Trimestre	%	
Pessoal e Encargos	237.648,06	1.031.225,06	334%	↑
Treinamentos/ Congressos e Seminários	0,00	5.844,00	N/A	↑
Passagens e Diárias	0,00	0,00	N/A	
Serviços de Terceiros	21.420,00	59.937,23	180%	↑
Despesas Gerais	43.624,79	37.568,56	13,88%	↓
Ativo Permanente	0,00	0,00	N/A	

Fonte: Coafi/Dirad

A variação observada na execução orçamentária do 2º trimestre em relação ao 1º trimestre ocorreu devido ao aumento da execução de determinadas rubricas, como treinamento/congressos e seminários, serviços de terceiros, despesas gerais e principalmente de pessoal e encargos.

Tabela 6 - Comparativo de despesas do 2º e 3º trimestres (R\$)

Descrição	2º Trimestre	3º Trimestre	%	
Pessoal e Encargos	1.031.225,06	1.219.166,20	18,23%	↑
Treinamentos/ Congressos e Seminários	5.844,00	27.268,60	367%	↑
Passagens e Diárias	0,00	7.718,38	N/A	↑
Serviços de Terceiros	59.937,23	20.400,81	-66%	↓
Despesas Gerais	37.568,56	97.173,29	159%	↑
Ativo Permanente	0,00	7.980,00	100%	↑

Fonte: Coafi/Dirad

A variação observada na execução orçamentária do 3º trimestre em relação ao 2º trimestre ocorreu devido ao aumento da execução de algumas rubricas, mas podemos destacar um volume maior nas despesas com treinamento/congressos e seminários, pessoal e encargos com pagamento de ressarcimento de cedidos, novos colaboradores e tributos, passagens e diárias, despesas gerais e ativo permanente com aquisição de 04 (quatro) impressoras.



Tabela 7 - Comparativo de despesas do 3º e 4º trimestres (R\$)

Descrição	3º Trimestre	4º Trimestre	%	
<i>Pessoal e Encargos</i>	1.219.166,20	2.447.849,82	101%	↑
<i>Treinamentos/ Congressos e Seminários</i>	27.268,60	12.876,60	-53%	↓
<i>Passagens e Diárias</i>	7.718,38	6.334,72	-18%	↓
<i>Serviços de Terceiros</i>	20.400,81	380.094,00	1.763%	↑
<i>Despesas Gerais</i>	97.173,29	125.613,12	29%	↑
<i>Ativo Permanente</i>	7.980,00	0,00	-100%	↓

Fonte: Coafi/Dirad

A variação observada na execução orçamentária do 4º trimestre em relação ao 3º trimestre ocorreu devido ao aumento da execução de duas rubricas especificamente: pessoal e encargos com pagamento do 13º dos colaboradores, ressarcimentos de pessoal cedido de meses anteriores, adiantamento da folha de pagamento de dezembro, serviços de terceiros com pagamento ao Banco do Brasil, referente à adequação inicial do sistema BBPrevidência, hospedagem no período de outubro (pro rata) e estimativa de custos para os meses de novembro e dezembro/2014, serviços de terceiros com ressarcimento ao STF, referente ao posto de Mensageiro, Recepcionista e aquisição de 30 aparelhos telefônicos.

2.2 Evolução das receitas administrativas

O **Custeio Administrativo** (receitas) representa os recursos para cobertura dos gastos realizados na administração do plano, e no caso da Funpresp-Jud recebe recursos: i) da **taxa de carregamento** – percentual de 7% incidente sobre as contribuições previdenciais arrecadadas mensalmente; ii) dos **resultados financeiros de aplicações** – rendimentos auferidos de recursos aplicados do plano de gestão administrativa; iii) do **aporte inicial a título de adiantamento de contribuições futuras** registrado no Ativo Disponível.

Abaixo os valores arrecadados da taxa de carregamento de 7% das contribuições vertidas pelos participantes e patrocinadores:

Tabela 8 – Taxa de carregamento (R\$)

Descrição	Valor
Julho	23.966
Agosto	34.314
Setembro	40.220
Outubro	42.383
Novembro	54.587
Dezembro	76.423
Total 2º semestre	271.893

Decorrente do Planejamento Estratégico foi proposta uma série de indicadores, entre os quais **indicadores de gestão das despesas e receitas administrativas**. Segue abaixo a aferição relativa ao 3º e 4º trimestres, período no qual se iniciou a apuração:

a) Arrecadação média por participante (ARP): Apura a contribuição média por participante, ou seja, qual o valor médio cobrado de cada participante e/ou patrocinador (**taxa de carregamento**) para administrar o plano.

Arrecadação média por Participante = $\frac{\text{Taxa de Carregamento Média no período}}{\text{Nº de participantes do fim do período de apuração}}$

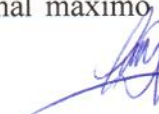
Monitoramento do indicador	Numerador da fórmula (R\$)	Denominador da fórmula	Resultado apurado (R\$)
3º trimestre	32.833	863,7	38,01
4º trimestre	54.587	1405	41,14
Acumulado Ano	30.339	1405	21,59

b) Despesas Per Capita (DPC): Valor do total de despesas administrativas (consolidação das despesas da gestão administrativa, correspondendo à soma das despesas da gestão previdencial, investimentos e demais despesas) em relação ao número apurado de participantes no fim do período.

Despesa Média Per Capita = $\frac{\text{Despesa Mensal Média no período}}{\text{Nº de participantes do fim do período de apuração}}$

Monitoramento do indicador	Numerador da fórmula (R\$)	Denominador da fórmula	Resultado apurado (R\$)
3º trimestre	1.491.138	947	1.574
4º trimestre	2.884.665	1405	2.053
Acumulado Ano	6.143.556	1405	4.372

O plano de custeio vigente prevê cobrança unicamente de taxa de carregamento de 7%, não se adotando taxa de administração, estando dentro do parâmetro formal máximo possível estabelecido na Resolução nº 29, de 2009, que é de até 9%.



Comentário

Do ponto de vista da gestão orçamentária, analisadas as variações da execução do orçamento, a evolução das despesas administrativas, bem como as contratações e aquisições realizadas, verifica-se aderência às normas em vigor.

De acordo com informação da área responsável, a variação observada na execução orçamentária foi devidamente acompanhada e justificada, tanto quantitativamente quanto qualitativamente.

Ressalte-se como positivo o acompanhamento realizado pela COAFI/DIRAD por meio do Relatório da Execução Orçamentária das Despesas Administrativas - Exercício 2014, que tem por finalidade servir de *“instrumento de prestação de contas e análise da execução orçamentária das despesas administrativas de 2014 da Funpresp-Jud para participantes, patrocinadores e membros do Conselho Deliberativo e Fiscal.”*

Acrescenta o relatório que *“O orçamento é instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto dos ingressos e das aplicações de recursos em determinado período. Consiste em programar e realizar despesas levando-se em conta a disponibilidade financeira da administração e o cumprimento das exigências legais e dos desafios elencados no Planejamento Estratégico.”*



3. GESTÃO CONTÁBIL

De acordo com o Manual de Controles Internos da Abrapp (2ª ed. 2010 – Item 6.5 pg. 18), a Gestão Contábil objetiva:

Garantir o correto registro das operações e a integridade das demonstrações contábeis, através da realização do monitoramento das conciliações. A gestão contábil deve tanto garantir a confiabilidade dos relatórios de desempenho passado, quanto possibilitar a utilização destes nas decisões internas e no controle do desempenho operacional.

A Contabilidade deve ser considerada um “Banco de Informações”, e não apenas o registro final das movimentações financeiras da Fundação. Os dados devem ser consistentes, servindo de fonte de consulta para decisões futuras. Todas as informações devem estar registradas adequadamente, ou seja, os registros devem ser analíticos, com históricos bem elaborados, no entanto, sem a geração de informações desnecessárias.

Deve-se evitar a redundância de informações. Portanto, deve haver uma única informação contábil financeira e gerencial, o que resultará em posições corretas e consistentes entre si.

O **Relatório resumido de Gestão Contábil** descreve que durante o 2º semestre a Coordenadoria de Contabilidade trabalhou para melhorar as rotinas de trabalho estabelecendo procedimentos para controle e gestão de risco das atividades correlatas. Cita como novidades:

- *Definição do modelo e controle da documentação gerada pelo movimento diário;*
- *Conciliação de Investimentos, Caixa e Contribuições;*
- *Definição do fluxo de atendimento junto à BBPREV;*
- *Normatização de prazos e fluxos de processos, estabelecendo cronograma para encerramento de processos que antecedem o fechamento dos balancetes;*
- *Implementação de relatórios e rotina de informativos contábeis para a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, gerando informações técnicas de uma forma mais clara.*
- *Obrigações assessorias – DCTF, EFD-Contribuições, PER/DCOMP, DIPJ e DPREV – durante o semestre foram demandadas 27 declarações obrigatórias sendo que 100% delas foram entregues dentro do prazo previsto na legislação;*
- *Implementação da rotina de verificação dos pagamentos antes da liquidação para que seja evitada a possibilidade de pagamentos em contas contábeis erradas;*
- *Participação no 10º Congresso da ANCEP – Congresso Nacional dos Contadores de EFPC;*
- *Ações para que o encerramento dos balancetes do 4º Trimestre/2014 foram realizadas com observância de prazos e boas práticas contábeis com o mínimo de interferência da equipe da BBPREV.*
- *Realização de duas reuniões para tratar do assunto “adiantamento de contribuições”. A primeira reunião foram apresentadas teses sobre a contabilização dos valores recebidos*

pelos patrocinadores para início das atividades da Fundação. Nesta reunião foi decidido convidar Consultor para opinar sobre os valores. Foi marcada uma segunda reunião, com o consultor e a Diretoria Executiva no qual o assunto foi abordado. Das duas reuniões foi deliberado que a Fundação fará consulta aos Patrocinadores sobre os valores. O resultado ajudará no processo de decisão sobre a conformidade com os princípios contábeis e a normas da PREVIC. A contabilização atual continua sendo realizada de acordo com os critérios estabelecidos desde o início da competência 2014.

- Pedido de recuperação do IRRF realizado pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal.

O Relatório de Atividades da Diretoria Executiva do 4º trimestre conclui que “essas ações foram imprescindíveis para que o encerramento dos balancetes do 4º Trimestre/2014 fossem realizados com observância de prazos e boas práticas contábeis com o mínimo de interferência da equipe da BBPREV”.

Sobre o fluxo de atividades contábeis, o Ofício nº 169/PRESI-DE, de 2014, esclarece que “a elaboração dos balancetes é o procedimento final do processo de trabalho da contabilidade, o qual se inicia com o aporte das contribuições pelos patrocinadores, na sequência a área de arrecadação faz a aferição das informações recebidas dos patrocinadores para concluir o mapa resumo das contribuições e encaminhar à tesouraria para validar as contribuições devidas com as efetivamente recebidas. Após essa validação, a área de investimento aplica os recursos dos patrocinadores e participantes que ingressaram na Fundação e, então, envia as informações à contabilidade para registrar os dados contábeis e elaborar os balancetes ora mencionados.”

3.1 Demonstrações Contábeis

Apresenta-se abaixo quadro resumo com os principais dados contábeis posicionados em 31 de dezembro de 2014:

Conta	Descrição	dezembro/14	
		PGA	Plano
100000000000	Ativo Total	30.149.883,08	8.900.212,83
210000000000	(-) Exigível Operacional	- 26.800.788,79	- 2.380,87
220000000000	(-) Exigível Contingencial	-	-
232200000000	(-) Fundo Administrativo	- 3.349.094,29	- 3.349.094,29
232300000000	(-) Fundo de Investimentos	-	-
	= Ativo Líquido¹	0	5.548.737,67
231100000000	(-) Provisões Matemáticas	-	- 5.548.737,67
232100000000	(-) Fundos Previdências	0	0
	=Superávit/(Déficit)	0	0

1. Ativo líquido = ativos – obrigações – fundos não previdenciais – resultados a realizar

Descrição (12/2014)	Valor
Ativo Intangível	5.505.690,03
Rendimento PGA	2.348.270,93

F

Fonte: Balancetes Mensais

Comentário:

Do ponto de vista da gestão contábil nota-se um constante aprimoramento, e com a implantação do novo sistema de gestão previdencial, já devidamente lícitado, são esperados ganhos de eficiência, confiança nos dados e maior automatização de procedimentos.

Com a implantação desse novo sistema associado ao redesenho de processos decorrente do mapeamento, espera-se aprimorar as atividades de obtenção das informações, de modo a conciliar os números entre todas as áreas. O desejável é que as informações transcorram a partir de sua geração, sem que sejam digitadas mais de uma vez ao longo de seu processamento, evitando-se, assim, esforços desnecessários e o risco da criação de números divergentes.

Destaque positivo também para a edição da Orientação Interna PRESI/GABIN nº 02, de 28 de janeiro de 2015, que dispõe sobre procedimentos operacionais e prazos de encerramento de processos de trabalho que antecedem as demonstrações contábeis.

Esta Orientação estabelece prazos para os setores envolvidos com procedimentos operacionais que antecedem as demonstrações contábeis, bem como define critérios e diretrizes a serem observadas pelas respectivas áreas.

Tal medida fortalece os controles internos das unidades internas no sentido de organizar a execução dos trabalhos e promover a entrega dos Balancetes mensais e do Balanço anual e demais demonstrativos à PREVIC no prazo estabelecido na legislação. Igualmente visa oferecer ao Conselho Fiscal e demais interessados as informações necessárias, de maneira tempestiva e consistente.

Ressalte-se ao mesmo tempo a definição do modelo e controle da documentação gerada pelo movimento diário; a conciliação de Investimentos, Caixa e Contribuições; a definição do fluxo de atendimento junto à BBPREV; e por fim a implementação de relatórios e rotina de informativos contábeis.

Em relação ao pedido de recuperação do IRRF, cumpre registrar o envio dos Ofícios nº 179 e 180/PRESI-DE, de 29 de dezembro de 2014, respectivamente para a Caixa e para o BB, por meio dos quais se solicitou a devolução de valores de IR retidos na fonte durante o ano de 2013, decorrentes de aplicações financeiras em fundo de investimento.

Segundo informação da DIRAD, a *“CEF já realizou a devolução, parte em janeiro e parte em fevereiro de 2015. Essa informação constará do relatório de execução orçamentária e fluxo de caixa (novidade a ser implantada) de janeiro de 2015.”*

Em relação à devolução do BB, recomenda-se o acompanhamento com vistas à efetiva devolução, reportando à DIREX para fins de registro.



4. CONTRATOS E LICITAÇÕES

Abaixo o resumo apresentado pela **Coordenadoria de Administração e Finanças** acerca dos contratos realizados em 2014:

1 PA nº 00.001/2014 - Contrato com a empresa Teixeira & Associados Auditores Independentes, assinado em 19 de fevereiro de 2014, cujo objeto foi a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis da Fundação, referentes ao exercício de 2013 e vigência em março/14. **Valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)**. Enquadramento legal: inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 (dispensa de licitação). A contratação foi autorizada pelo Conselho Deliberativo, conforme Ata da 1ª Sessão Extraordinária do Colegiado realizada em 23 de janeiro de 2014; Contrato Finalizado.

2 PA nº 00.002/2014 - Contrato com a empresa Gama Consultores Associados Ltda., assinado em 10 de fevereiro de 2014, cujo objeto foi a prestação de serviços técnico-atuariais especializados, envolvendo a Elaboração de Avaliação Atuarial anual referente ao exercício de 2013, o Cálculo da Duration do Passivo Atuarial e a impostação das Demonstrações Atuariais-DA no portal do Órgão Fiscalizador, para o Plano de Benefícios da Fundação. **Valor de R\$ 7.990,00 (sete mil, novecentos e noventa reais)** e vigência em 09.08.2014. Enquadramento legal: inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 (dispensa de licitação). A contratação foi autorizada pelo Conselho Deliberativo, conforme Ata da 1ª Sessão Extraordinária do Colegiado realizada em 23 de janeiro de 2014; Contrato Finalizado.

3 PA nº 00.034/2014 - Contrato com a Agência Estado, assinado em 02 de maio de 2014, cujo objeto é a prestação de serviços de AE Broadcast Análises e 1 (um) ponto do serviço especializado "Broadcast News", que consiste no licenciamento de conteúdo, para acesso a informações jornalísticas (notícias) e de informações políticas, financeiras e econômicas em tempo real para acesso à cobertura jornalística qualificada, de fonte primária e produzida por quadro próprio, em nível nacional e internacional, acerca dos principais acontecimentos políticos, econômicos e empresariais, mercados de ações, dólar, juros, títulos públicos e fatos relevantes para os negócios, além de indicadores econômicos, de inflação e do cenário internacional e 1 (um) ponto do serviço de acompanhamento da Bolsa em tempo real (BM&F). **Custo mensal de R\$ 2.959,62**, vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a 60 (sessenta) meses. Enquadramento legal: inciso II do art. 25 e art. 57 da Lei nº 8.666/93 (inexigibilidade de licitação). A despesa teve previsão no orçamento da Fundação aprovado pelo Conselho Deliberativo, conforme Ata da 4ª Sessão Ordinária do Colegiado realizada em 04 de abril de 2014 e a contratação também foi aprovada na mesma Sessão Ordinária;

4 PA nº 0050A/2014 - Contrato de Prestação de Serviços de Coquetel e Buffet, junto a empresa C. Park Restaurante Ltda; compreendendo 180 (cento e oitenta) pessoas para evento da área de gestão de pessoas dos Patrocinadores da Funpresp-Jud, realizado em: 29/09/2014, na sede do Ministério Público Militar, assinado em 26 de setembro de 2014, no valor de **R\$ 3.078,00 (Três mil e setenta e oito reais)**. Contrato Finalizado.

Um segundo contrato com a referida contratada no âmbito do mesmo objeto, junto a empresa C. Park Restaurante Ltda; compreendendo para 100 (cem) pessoas no evento de comemoração do 1º Aniversário da Funpresp-Jud e lançamento da Campanha de comunicação, realizado em: 22 de outubro de 2014, na sede da Fundação, assinado em 17 de outubro de 2014, no valor de R\$ 3.480,00 (Três mil quatrocentos e oitenta reais). A contratação foi autorizada pela Diretoria Executiva da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – Funpresp-Jud, conforme Ata da 40ª Reunião Ordinária realizada em 13 de outubro de 2014. Contrato Finalizado.

5. PA nº 00.064/2014 - Contrato de Prestação de Serviços de Custódia compreendendo a Liquidação Física e Financeira de operações realizadas com Ativos dos Planos e Programas Administrados pela Funpresp-Jud, assinado em 25 de novembro de 2014, no valor anual de 0,007% (sete milésimo por cento) ao ano. O contrato tem a vigência de 12 (doze) meses. Enquadramento legal: inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 (dispensa de licitação). A contratação foi autorizada pela Diretoria Executiva da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário - Funpresp-Jud, conforme Ata da 40ª Reunião Ordinária realizada em 13 de outubro de 2014 e Ata da 41ª Reunião Ordinária realizada em 23 de outubro de 2014.

Protocolo e Termo de Cooperação: A fim de viabilizar o apoio institucional à Funpresp-Jud foram celebrados 5 (cinco) Contratos, a saber:

6 PA nº 00.004/2014 - Protocolo de Cooperação n. 001/2013, assinado entre o Supremo Tribunal Federal e a Funpresp-Jud, em 24 de setembro de 2013, cujo objeto é o de promover parceria, sem ônus, para execução operacional da gestão administrativa da Fundação. O Protocolo tem vigência de 60 (sessenta) meses, a partir da data de sua assinatura. Suas cláusulas têm fundamento no art. 116 da Lei 8.666/93, nos princípios de Direito Público e, subsidiariamente, em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas. Até o presente momento, houve ressarcimento das despesas no total de R\$ 19.919,50 (dezenove mil, novecentos reais e cinquenta centavos), por meio de GRU.

7 PA nº 00.023/2014 - Termo de Cooperação n. 009/2013, assinado entre o Conselho Nacional de Justiça e a Funpresp-Jud, em 22 de outubro de 2013, cujo objeto é o de ajustar as obrigações dos partícipes com vistas ao funcionamento das atividades da Fundação nas instalações do CNJ. O Termo tem vigência de 12 meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado automaticamente, até o limite de 60 meses, exceto se houver manifestação expressa em contrário, nos termos da lei. Seus termos, cláusulas e condições estão sujeitas às disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações. Até o presente momento, houve ressarcimento das despesas no total de R\$ 47.947,23 (Quarenta e sete mil, novecentos e quarenta e sete reais e vinte e três centavos) por meio de GRU.

8 PA nº 00.043/2014 - Contrato de Comodato com a Caixa Econômica Federal, assinado em 30 de abril de 2014, cujo objeto é a disponibilização pela CEF, do 3º pavimento do imóvel localizado no Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco C (Ed. Antiga Administração de Brasília), correspondente a 609,95 m2, bem como 10 (dez) vagas fixas de garagem localizadas no subsolo. Vigência até 30 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes e formação de Termo Aditivo, no valor anual de R\$

175.000,00 (cento e setenta e cinco reais). A assinatura do contrato foi autorizada pelo Conselho Deliberativo, conforme Ata da 4ª Sessão Extraordinária do Colegiado realizada em 19 de março de 2014.

Obs.: De acordo com a DIRAD, esses “valores referem-se à previsão orçamentária para o exercício de 2014. A despesa propriamente dita é resultado de ressarcimento de despesas apresentadas pela CEF. Até o momento a CEF não apresentou e não há indício que solicitará ressarcimento de despesas. Não houve provisão dessas despesas.”

*9 PA nº 00.059/2014 - Acordo de Cooperação, assinado entre o Banco do Brasil S.A e a Funpresp-Jud, em 24 de outubro de 2014, cujo objeto é o de estabelecer parceria entre o Banco e a Fundação, para disponibilização e operacionalização de sistemas para Gestão de Previdência Complementar Fechada. O Acordo tem vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura. Suas cláusulas têm fundamento no que couber, a Lei 8.666/93, no valor mensal de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)** até Jun/2015. A contratação foi autorizada pela Diretoria Executiva da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – Funpresp-Jud, conforme Ata da 41ª Reunião Ordinária realizada em 23 de outubro de 2014.*

Obs.: Segundo a DIRAD: “Os valores referem-se à previsão orçamentária para o exercício de 2014. A despesa propriamente dita é resultado de customizações e suporte do sistema BBPREV e ressarcimento de despesas apresentadas pelo BB. Em 2014 foram pagos R\$ 330.466,00”.

10 PA nº 00.084/2014 - Acordo de Cooperação, assinado entre o Ministério Público Federal e a Funpresp-Jud, em 09 de dezembro de 2014, cujo objeto é o de promover parceria para execução operacional da gestão administrativa da Funpresp-Jud. O Acordo tem vigência de 12 meses, a partir da data de sua assinatura. Suas cláusulas têm fundamento legal na Lei 8.666/93. A contratação foi autorizada pela Diretoria Executiva da Funpresp-Jud, conforme Ata da 39ª Reunião Ordinária realizada em 06 de outubro de 2014.

Comentário:

No mês de novembro de 2014 ocorreu o monitoramento da área de contratos no âmbito do Programa de Controle Interno – PCI aprovado pela DIREX, e os resultados constam de relatório específico, enviado ao Conselho Fiscal por e-mail e pelo Ofício nº 39/PRESI-DE, de fevereiro de 2015.

O objetivo foi avaliar se os procedimentos adotados para execução das compras e formalização dos contratos estão de acordo com as regras de licitação, com a previsão orçamentária e com a completa instrução da documentação, de forma a verificar a adequação do processo de contratação e compras.

5. GESTÃO DO PASSIVO

As informações abaixo constam do Relatório apresentado pela **Diretoria de Seguridade - DISEG**.

O controle do passivo atuarial (obrigações e compromissos da EFPC) é importante para avaliação da aderência das hipóteses atuariais do plano de benefícios. Considera as avaliações atuariais anuais e os testes de aderência, bem como analisa (pelo balancete) o resultado econômico e financeiro do plano, examinando sua solvência. O passivo atuarial é composto pelas reservas matemáticas e pelos fundos previdenciais.

As principais normas relativas à matéria atuarial e de cadastro são:

- Lei nº 9.613, de 1998 (regulamentada pela Instrução Normativa SPC nº 18, de 2007) que obriga as EFPC a manter atualizadas as informações cadastrais de seus participantes;
- Resolução nº 18, de 2006 (alterada pela Resolução CNPC nº 9, de 2012, e pela Resolução CNPC nº 15, de 2014) que estabelece os parâmetros técnico-atuariais de planos de benefícios;
- Instrução PREVIC nº 7, de 2013, que traz orientações e procedimentos na realização dos estudos técnicos de aderência das hipóteses biométricas;
- Instrução SPC nº 24, de 2008, que estabelece o envio dos dados estatísticos de população e de benefícios.

5.1 Bases Cadastrais e Estatísticas

De acordo com a Coordenadoria de Arrecadação e Cadastro:

A data-base dos dados utilizados neste levantamento está posicionada em 31/12/2014, sensibilizada com inclusão, no sistema corporativo, de todas as fichas de adesões recepcionadas pela entidade até o mês de janeiro de 2015. O plano permanece sem benefícios concedidos, estando, portanto, os participantes no período de carência à obtenção do benefício de aposentadoria, e não havendo ocorrência de morte ou invalidez.

Com base na Instrução SPC 18/2007 e tendo em vista a Avaliação Atuarial anual, as informações cadastrais foram submetidas a testes e críticas de consistência e, após retificações, consideradas válidas.

No segundo semestre foi encaminhado, por e-mail, o extrato de contribuições vertidas até setembro de 2014 de todos os participantes do plano.

Seguem abaixo informações estatísticas da massa de participantes apresentadas pela respectiva área:

Tabelas 1 - Quantidade participantes ativos em julho e dez 2014, por sexo e tipo de participante

Participante	Quantidade				Diferença entre Dez e Jul		Variação entre Dez e Jul	
	Dez		Jul		e Jul		M	F
	M	F	M	F	M	F		
Patrocinado	707	674	407	383	300	291	73,71%	75,97%
Vinculado	22	2	8	1	14	1	175,00%	100,00%
Total por sexo	729	676	415	384	314	292	75,66%	76,04%
Total geral	1.405		799		606		75,84%	

Tabela 2- Percentual participantes em julho/14 e dez/14, por sexo e tipo de participante

Participante	Percentual			
	Dez		Jul	
	M	F	M	F
Patrocinado	50,32%	47,97%	50,94%	47,93%
Vinculado	1,57%	0,14%	1,00%	0,13%
Percentual do total geral	51,89%	48,11%	51,94%	48,06%

Tabela 3 - Idades mínima, máxima e média, por sexo e tipo de participante

Participante	Idade mínima				Idade máxima				Idade média			
	Dez		Jul		Dez		Jul		Dez		Jul	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Patrocinado	20	18	20	21	60	60	60	60	31	31	31	31
Vinculado	22	37	33	37	55	49	55	37	41	43	43	37



Tabela 4: saldo da conta Participante e da conta Patrocinador (em reais)

Saldo da conta	Dez	Jul	Percentual de variação entre Dez e Jul
Participante	2.734.870,80	801.905,43	241,05%
Patrocinador	2.019.078,45	639.718,06	215,62%
Total	4.753.949,25	1.441.623,49	229,76%

Obs.: De acordo com informação da DISEG, o saldo da conta Participante é superior ao da conta Patrocinador em função dos participantes vinculados, autopatrocinados, contribuições facultativas e das portabilidades.

Tabela 5 - Distribuição dos participantes por patrocinador

Patrocinador	Quantidade	%
MPF	237	16,87%
MPDFT	93	6,62%
TRT2	89	6,33%
TRT8	82	5,84%
MPT	80	5,69%
TJDFT	69	4,91%
STJ	48	3,42%
TRT10	42	2,99%
TST	41	2,92%
STF	40	2,85%
TRT1	40	2,85%
CNJ	35	2,49%
TRF3	34	2,42%
TRT15	27	1,92%
TRT9	27	1,92%
SJSP	26	1,85%

TRT12	23	1,64%
TRT18	21	1,49%
SJPB	18	1,28%
TRE-MG	18	1,28%
SJMG	16	1,14%
TRT3	15	1,07%
TRT23	15	1,07%
TRE-AM	15	1,07%
TRF1	13	0,93%
SJRJ	12	0,85%
TRT4	12	0,85%
TRF4	12	0,85%
SJRS	11	0,78%
SJCE	11	0,78%
TRE-RJ	10	0,71%
SJPR	10	0,71%
TRE-PA	10	0,71%
TRT17	9	0,64%
SJDF	9	0,64%
SJSC	9	0,64%
TRE-RS	8	0,57%
TRE-SP	7	0,50%
TRF5	7	0,50%
STM	6	0,43%
TRF2	6	0,43%
SJBA	6	0,43%

TSE	6	0,43%
TRE-RO	6	0,43%
TRE-CE	5	0,36%
SJTO	4	0,28%
TRE-PE	4	0,28%
TRE-BA	4	0,28%
TRT6	4	0,28%
SJRR	4	0,28%
SJPE	4	0,28%
CJF	4	0,28%
SJRO	3	0,21%
TRT24	3	0,21%
MPM	3	0,21%
TRE-PI	3	0,21%
TRT14	3	0,21%
SJPA	3	0,21%
TRE-MS	3	0,21%
SJAP	2	0,14%
TRT19	2	0,14%
SJMT	2	0,14%
SJGO	2	0,14%
TRE-ES	2	0,14%
TRE-PR	2	0,14%
TRT20	1	0,07%
TRT22	1	0,07%
TRE-DF	1	0,07%

TRT5	1	0,07%
SJAL	1	0,07%
TRT21	1	0,07%
TRT7	1	0,07%
TRE-MT	1	0,07%
Total Geral	1.405	100,00%

5.2 Informações Atuariais

A Coordenadoria de Atuária e de Benefícios deste modo se manifestou:

De acordo com a Resolução CGPC nº 18, de 2006, as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do Plano de Benefícios.

A Instrução PREVIC nº 7, de 2013, traz orientações às entidades fechadas de previdência complementar na realização dos estudos técnicos de adequação e aderência das hipóteses, com eficácia a partir das avaliações atuariais de encerramento do exercício de 2014. Seus principais pontos são:

- A comprovação de adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos e do plano de benefícios é exigida para os planos cujos benefícios tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como para os planos que adquiram característica de benefício definido na fase de concessão (redação dada pela Resolução MPS/CNPC 15, de 19/11/2014).*
- O estudo de aderência deverá ser elaborado pelo atuário do plano, no qual devem ser demonstradas a adequação e aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adotadas na avaliação atuarial às características da massa de participantes e assistidos, à rentabilidade projetada dos investimentos e ao fluxo de receitas e despesas (art. 2º).*
- Validade máxima de três anos, excetuando-se a taxa de juros e crescimento salarial, cuja validade máxima será de um ano (§ 1º do art. 2º).*
- Aprovação do estudo pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo (art. 4º).*
- O estudo deverá ser atestado em parecer do Conselho Fiscal (§ 1º do art. 4º).*
- Comprovar a aderência em um período de, no mínimo, 3 exercícios (I do art. 6º).*

- *Constatada a impossibilidade de demonstração de aderência, deverão constar no estudo técnico as justificativas e resultados que tenham levado a essa conclusão (art. 7º). Exceto à hipótese de taxa real de juros.*

Em função do plano de benefícios da Funpresp-Jud ser estruturado na modalidade de Contribuição Definido – CD, não há a exigência da comprovação de adequação das hipóteses atuariais e financeiras. Contudo, anualmente é aconselhável realizar testes estatísticos para verificar a aderência quanto à massa de participantes e das hipóteses biométricas e demográficas a serem adotadas na avaliação atuarial.

Considerando o pouco tempo de atividade do plano de benefícios, da reduzida massa de participantes e da não ocorrência de eventos decrementais até a presente data, não foi possível desenvolver os testes estatísticos como, por exemplo, o Kolmogorov-Smirnov e o Qui-quadrado. Será realizado um teste de aderência simplificado, confrontando a quantidade de eventos esperados (calculado pelas tábuas biométricas) e a quantidade de eventos ocorridos, adotando procedimento análogo ao informado no Demonstrativo Atuarial – DA. O resultado desse trabalho será encaminhado à Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo para a devida aprovação, bem como ao atesto em parecer do Conselho Fiscal.

As hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras atualmente utilizadas são:

Tabela 7: hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras

Hipóteses atuariais	2014
Juros atuariais	4% a.a.
Crescimento real de salários	0%
Crescimento real de benefícios	0%
Fator de determinação do valor real dos salários	100%
Fator determinação do valor real dos benefícios	100%
Rotatividade	0%
Tábua de mortalidade geral	RP 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas agravada em 20%

Em relação à taxa de juros, a Coordenadoria de Atuária e de Benefícios comenta que:

A taxa real de juros, utilizada para apuração do Fundo de Cobertura dos Benefícios Extraordinários – FCBE e no fator financeiro de conversão do saldo em renda – Fator (Exp; i%) dos benefícios descritos no capítulo VIII, do Regulamento do Plano, permanece em 4,00% ao ano. Mantem, dessa forma, relação com a rentabilidade real do retorno dos investimentos no longo prazo.

5.3 Provisões Matemáticas e Fundo Coletivo de Benefícios Extraordinários

Segundo o Relatório da DISEG as provisões matemáticas do 2º semestre de 2014 foram apuradas a partir dos saldos nas contas individuais e patronais e no FCBE, e apresenta o seguinte comportamento ao longo do período analisado:

Tabela 8: valores mensais das provisões matemáticas e do FCBE

MÊS	Benefícios a Conceder – Contribuição Definida	FCBE	Patrimônio de Cobertura do Plano ⁽¹⁾
Julho	1.441.623,49	253.673,16	1.695.296,65
Agosto	1.895.781,50	329.102,48	2.224.883,98
Setembro	2.514.153,17	417.258,61	2.931.411,78
Outubro	3.119.727,89	511.804,94	3.631.532,83
Novembro	3.821.214,10	633.147,09	4.454.361,19
Dezembro	4.753.949,25	794.788,42	5.548.737,67

1: Patrimônio de Cobertura = Benefícios a Conceder + FCBE

Comentário:

Verifica-se que as premissas e hipóteses atuariais estão aderentes e observam a legislação em vigor, bem como os resultados atuariais do plano apresentam adequada evolução.

Importante zelar pela atualização dos dados cadastrais, e para tanto é recomendável que se mantenham as rotinas de cadastramento e testes de consistência, de forma a se obter as informações com a qualidade necessária para a execução dos cálculos atuariais.

Foram positivos os seguintes procedimentos adotados pela DISEG, especialmente para mitigar riscos e eventuais inconsistências na base cadastral, bem como para aprimorar os mecanismos de controle da arrecadação:

- I - criação do manual do Patrocinador (orientação sobre procedimentos operacionais);*
- II - treinamento dos responsáveis pelos procedimentos operacionais;*
- III - disponibilização aos Patrocinadores do modelo de relatório de repasse das contribuições para facilitar o processo conciliação financeira;*
- IV - solicitação formal aos Patrocinadores sobre a necessidade de disponibilização de informações referentes à base de contribuição;*
- V – realização de campanha de cadastramento;*
- VI - instrução normativa para orientação dos Patrocinadores.*

Obs.: O inciso VI acima se refere a uma proposta de norma orientadora direcionada às respectivas áreas de recursos humanos, acerca de informações sobre o regime complementar, condições de ingresso e obrigações dos órgãos de pessoal, e encontra-se em fase de discussão junto ao patrocinadores, com vistas a ser assinada e publicada no menos prazo possível.

Em relação às questões estruturantes, destacam-se as seguintes ações:

- a) implantação de novo sistema de gestão previdenciária, no qual será possível definir regras de consistência dos dados e comunicação tempestiva aos Patrocinadores, além de definir, solicitar e recepcionar novas informações relevantes ao processo de gestão previdenciária e atuarial;*
- b) realização do mapeamento de processo da área de arrecadação e cadastro no primeiro semestre de 2015.*

Relevante lembrar que no mês de fevereiro de 2015 ocorre o monitoramento da área de **arrecadação** no âmbito do Programa de Controle Interno – PCI aprovado pela DIREX. O objetivo é avaliar as atividades relacionadas ao processo de arrecadação de contribuições, de acordo com as normas regulamentares, verificando os controles praticados no monitoramento de prazos, procedimentos de cobrança de inadimplência, depuração e tratamento de contribuições indevidas e em atraso, e a conformidade quanto à alimentação das reservas individuais e fundo coletivo das contribuições vertidas ao plano.

Como resultado, é desejável que se aprimore a rotina de controle da arrecadação e respectivo processo de conciliação dos valores repassados pelos patrocinadores, bem como se desenvolva sistema de geração de extratos dos participantes.

6 GOVERNANÇA

6.1 Plano de monitoramento e avaliação do Planejamento Estratégico

O processo de monitoramento e avaliação visa assegurar a interação entre o planejamento e sua execução, viabilizando a correção de desvios e a retroalimentação permanente de todo o processo de planejamento.

No âmbito interno da Funpresp-Jud verifica-se que existe um monitoramento contínuo do cumprimento do Planejamento Estratégico e do Plano de Ação Tático, suas respectivas metas e ações, bem como a apuração trimestral dos indicadores de gestão e desempenho.

O primeiro ciclo de avaliação abrangeu o 3º trimestre de 2014, tendo sido documentado pelo respectivo Relatório e anexos. O segundo ciclo envolvendo o 4º trimestre deve ocorrer em fevereiro de 2015.

O Planejamento Estratégico e o Plano de Ação Tático propõem metas e indicadores vinculados a cada objetivo e respectivas ações, na seguinte lógica: **Planejamento Estratégico → Objetivo estratégico → Meta → Indicador → Ação.**

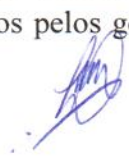
Com vistas a agilizar e padronizar o monitoramento e a avaliação foram destacados responsáveis por cada ação, embora a execução tenha sido compartilhada com uma equipe.

Ao longo do semestre foram realizadas reuniões com toda a equipe para avaliar o andamento das ações e implantar eventuais correções de rumo.

Da mesma forma que o Plano de Ação foi elaborado a partir de uma abordagem estratégica, igualmente o processo de monitoramento e avaliação dos resultados do Planejamento Estratégico pauta-se em ações consideradas prioritárias para estruturar a Fundação, tendo em vista a sua fase de desenvolvimento e a constituição do quadro funcional ter ocorrido em junho de 2014.

O estágio das ações vinculadas aos objetivos estratégicos foi informado pelos gestores responsáveis das ações e validado pelo Diretor da área e constam do Anexo I do Relatório.

Os resultados dos indicadores e respectivas informações constam do Anexo II do Relatório, individualizados por indicador, tendo os formulários sido preenchidos pelos gestores das ações e validadas pelo Diretor da área.



7 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Em relação ao risco operacional, a Comissão de Auditoria dos Patrocinadores (Relatório nº 1/2014) assim se manifestou com propriedade:

Quanto ao risco operacional, acredita que a implantação do planejamento estratégico, do plano de ação tático e do programa de controles internos, bem como a adoção das recomendações do relatório de controles internos para a criação de normas e manuais que definam de forma clara atribuições e responsabilidades de cargos, contribuirão para qualificar o corpo funcional e otimizar ferramentas tecnológicas que permitirão à entidade minimizar problemas de origem operacional.

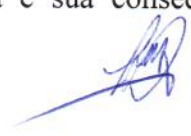
Segundo o Manual de Controles Internos da Abrapp (1ª ed. 2004, pg. 10): “O gerenciamento de risco é um processo de persistência, não um programa esporádico.”. O citado Manual (pg. 12) esclarece as funções de controle na organização:

(...) Seu foco de atuação é no sentido de direcionar esforços para os processos avaliados como de maior risco operacional, atuando como parceiro da área de negócios através do monitoramento constante sobre atividades e processos e acompanhamento de novos projetos e operações. Seu caráter preventivo difere da Auditoria interna, que analisa dados históricos em busca de registros e evidências visando à identificação e quantificação dos problemas.

Outro papel das unidades e instâncias de controle é auxiliar as demais áreas a estruturarem seus controles internos a serem aplicados primariamente pelas próprias áreas técnicas.

7.1 Programa de Controle Interno

No cenário em que trabalham as EFPC no qual é necessário gerenciar riscos, a Diretoria Executiva aprovou, entre outras ações, o **Programa de Controle Interno – PCI 2014**, com cronograma de conclusão até junho de 2015, tendo sido construído a partir de eventos identificados e avaliados ponderando-se a probabilidade de ocorrência e sua consequência (gravidade).



De acordo com o PCI, os macroprocessos e os processos foram divididos nos seguintes grupos de risco:

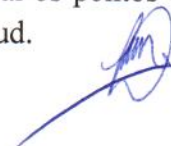
- **Administrativo:** São macroprocessos e processos essenciais para a gestão efetiva da Funpresp-Jud, que assegurem o suporte adequado aos processos de negócio e de governança. Estão relacionados à gestão dos recursos necessários para o desenvolvimento dos processos internos. Os produtos e serviços destes tipos de processos se caracterizam por terem como clientes, principalmente, elementos relacionados ao sistema corporativo da Fundação.
- **Governança Corporativa:** Macroprocessos e processos ligados à estratégia da Fundação. São processos gerenciais ou de informação e decisão, que estão diretamente relacionados à formulação de políticas e diretrizes para o estabelecimento e consecução de metas, bem como ao estabelecimento de métricas (indicadores de desempenho) e às formas de avaliação dos resultados alcançados pela Fundação.
- **Previdenciário e de Investimento:** Referem-se à essência do funcionamento da Fundação. São os macroprocessos e processos que caracterizam a atuação da Funpresp-Jud e apoiam outros processos internos, gerando produtos/serviços para os clientes ou usuários.

Em relação à **natureza do risco** foi adotada a seguinte classificação:

- **Risco Atuarial:** decorre de desvios nas premissas utilizadas nos modelos matemáticos e nas projeções atuariais. As premissas estabelecidas no dimensionamento dos compromissos de custeio dos planos de benefícios envolvem hipóteses sobre taxas de juros de longo prazo, conjuntura econômica, crescimento salarial, índices de reajustes de benefícios, indicadores biométricos, entre outras.
- **Risco Operacional:** possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de eventos externos.
- **Risco de Governança:** diretamente relacionado com a gestão das EFPC, que compreende a prestação de contas de seus dirigentes e a conformidade legal dos atos praticados. É subsidiário ao risco operacional, e advém da inadequação da estrutura vigente na EFPC para com o seu perfil e o seu porte frente aos riscos por ela assumidos, tais como concentração de poderes, conflito de interesses, segregação de funções, quantitativo de pessoal.
- **Risco de Tecnologia da Informação:** relacionado ao risco operacional, e decorre de falhas na segurança, confiabilidade, desempenho e conformidade dos sistemas.

- **Risco de Mercado:** possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições financeiras detidas pela EFPC. A variação da taxa de juros, da taxa de câmbio, dos preços de ações e derivativos são fontes desse risco.
- **Risco de Crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos devido às vantagens concedidas na renegociação de contratos e aos custos de recuperação.
- **Risco de Liquidez:** descasamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos possam não estar disponíveis na data do pagamento dos benefícios e demais obrigações do plano, bem ainda a dificuldade de alienação de determinado ativo ou alienação por valor abaixo do esperado devido à falta de negociabilidade do respectivo instrumento financeiro.
- **Risco Legal:** surge quando os procedimentos e rotinas desrespeitam o ordenamento jurídico, quando ocorrem alterações na legislação ou em decorrência de mudança da interpretação judicial.

A ponderação entre a probabilidade de ocorrência do risco e sua consequência resultou na **Matriz de Risco** abaixo, parte integrante do PCI, tendo como foco inicial os pontos que foram identificados como de maior exposição nesta primeira fase da Funpresp-Jud.



#	Grupos de Risco	Macroprocessos	Atividades objeto de controle	Objetivos	Natureza do Risco	RISCO Alto / Médio / Baixo / Não Identificado
1	Governança Corporativa	Gestão Estratégica	Acompanhamento dos Planos de Ação do Planejamento Estratégico	Avaliar os controles adotados para os procedimentos de execução do Planejamento Estratégico da FUNPRESP-JUD, verificando a adequação das atividades de acompanhamento dos Planos de Ação das áreas técnicas, para alcance dos objetivos estratégicos da Fundação.	Governança	A
2	Investimento	Gestão de Investimentos e Obrigações Associadas	Controles dos Investimentos	Avaliar o nível de mapeamento do processo de investimentos, bem como se os controles internos utilizados são adequados para resguardar os ativos da carteira de investimentos, de forma a assegurar a integridade dos registros operacionais e a conformidade com as legislações vigentes e com a política de investimentos.	Operacional Legal / Mercado / Crédito / Liquidez / Tecnologia da Informação	A
3	Previdenciário	Gestão Arrecadação	Controle de Arrecadação e Cobrança de Contribuições	Avaliar as atividades relacionadas ao processo de arrecadação de contribuições do plano de benefícios, de acordo com as normas regulamentares, verificando os controles praticados no monitoramento de prazos, procedimentos de cobrança de inadimplência, depuração e tratamento de contribuições indevidas e em atraso, e a conformidade quanto à alimentação das reservas individuais e do fundo coletivo das contribuições vertidas ao plano.	Operacional / Tecnologia da Informação	A
4	Previdenciário	Gestão do Cadastro	Atualização e Controle dos Registros Cadastrais dos Participantes	Avaliar o processo de gestão do cadastro dos participantes, verificando a periodicidade da atualização, a efetividade do recadastramento e a confiabilidade das ferramentas de controle da base cadastral, de modo a averiguar a exatidão e a integridade dos registros.	Atualial / Operacional / Tecnologia da Informação	A
5	Administrativo	Gestão de Pessoas	Folha de Pagamento de Pessoal	Avaliar os procedimentos de elaboração da folha de pagamento no que se refere aos descontos, auxílios, cálculos de margem, provisões, tributos, verificando se as rotinas executadas estão adequadas e se os pagamentos realizados estão de acordo com as legislações vigentes.	Operacional / Tecnologia da Informação	A
6	Administrativo	Gestão Administrativa e Financeira	Contratos e Compras	Avaliar se os procedimentos adotados para execução das compras e formalização dos contratos estão de acordo com as regras de licitação, com a previsão orçamentária e com a completa instrução da documentação, de forma a verificar a adequação do processo de contratação e compras.	Operacional	A
7	Administrativo	Gestão Orçamentária	Execução Orçamentária	Avaliar a execução orçamentária, acompanhando se as projeções estão acontecendo dentro previsto, comparando o valor aprovado e o efetivamente realizado.	Operacional	A
8	Administrativo	Gestão Contábil	Lançamentos Contábeis	Avaliar os procedimentos de lançamentos contábeis, verificando a adequação das conciliações de contas, dos balancetes, dos valores a identificar em face dos valores arrecadados, bem como verificar a conformidade às normas aplicáveis.	Operacional	A
9	Administrativo	Gestão de Tecnologia da Informação	Procedimentos de Armazenamento e Segurança de Dados	Avaliar rotinas para salvaguardar a segurança e o sigilo de informações, o compartilhamento de documentos na rede, a criação de cópias de segurança, considerando periodicidade da geração de cópias, dados inseridos na rotina, armazenamento de mídias e procedimentos para recuperação de dados e sua adequação para garantir a continuidade dos negócios da Fundação e a recuperação das informações em caso de perda de dados.	Operacional / Tecnologia da Informação	A

Legenda

A) Risco Alto
M) Risco Médio
B) Risco Baixo
NI) Não Identificado

Note-se que o quadro geral com os riscos de todas as atividades da Fundação será objeto de outra fase do PCI, que se pretende no futuro que seja um Programa Permanente de Monitoramento.



Desse modo o PCI apresenta os critérios e objetivos de avaliação das áreas internas da Fundação, por meio do monitoramento contínuo dos principais resultados da Entidade, suas atividades e respectivos riscos.

Serão realizados 9 (nove) trabalhos, de acordo com o cronograma abaixo:

Trabalho	Início	Fim
Trabalho 1 - Acompanhamento dos Planos de Ação do Planejamento Estratégico	01/10/2014	31/12/2014
Trabalho 2 - Controles dos Investimentos	05/01/2015	30/01/2015
Trabalho 3 - Controle de Arrecadação e Cobrança de Contribuições	02/02/2015	27/02/2015
Trabalho 4 - Atualização e Controle dos Registros Cadastrais dos Participantes	02/03/2015	31/03/2015
Trabalho 5 - Folha de Pagamento de Pessoal	06/10/2014	31/10/2014
Trabalho 6 - Contratos e Compras	03/11/2014	28/11/2014
Trabalho 7 - Execução Orçamentária	01/04/2015	30/04/2015
Trabalho 8 - Lançamentos Contábeis	04/05/2015	29/05/2015
Trabalho 9 - Procedimentos de Armazenamento e Segurança de Dados	01/06/2015	30/06/2015

No último trimestre de 2014 foram realizados os trabalhos de acompanhamento dos Planos de Ação do Planejamento Estratégico; da Folha de Pagamento de Pessoal e dos Contratos e Compras.

O acompanhamento dos Planos de Ação foi realizado no âmbito do Plano de monitoramento e avaliação do Planejamento Estratégico comentado no item 6.1 acima, e seus resultados encontram-se no citado relatório.

Os resultados do trabalho na Folha de Pagamento constam do plano de recomendações do respectivo relatório, e os principais fatores analisados foram:

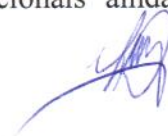
- ✓ *procedimentos para elaboração da folha de pagamento de empregados, Diretores e Conselheiros;*
- ✓ *legislações utilizadas no processo de elaboração da folha de pagamento e obrigações decorrentes;*
- ✓ *como são realizados os registros que impactam na folha;*
- ✓ *espécies de descontos, auxílios, cálculos de margem, provisões e tributos;*
- ✓ *como são feitos os descontos legais (tributos) na folha;*
- ✓ *base de cálculo dos tributos incidentes sobre os pagamentos de pessoal FGTS - INSS – IRRF;*

- ✓ *procedimentos para a declaração de IR (Pessoa Jurídica);*
- ✓ *critérios para declaração GFIP, RAIS e CAGED e para transmissão da EFD-Contribuições;*
- ✓ *procedimentos para pagamento de auxílio-alimentação e saúde;*
- ✓ *critérios de contabilização das movimentações financeiras (despesas, tributos) relativas ao pagamento de pessoal;*
- ✓ *procedimentos para ressarcimentos no caso dos servidores cedidos;*
- ✓ *medidas para implantação de programa de proteção à saúde do trabalhador.*

Quanto ao monitoramento dos Contratos e Compras, consta de relatório específico um conjunto de recomendações, tendo sido analisados os seguintes fatores:

- ✓ *regularidade documental dos contratos;*
- ✓ *trâmite processual nas diversas áreas envolvidas;*
- ✓ *estrutura interna de Comissão Permanente de Licitação – CPL, pregoeiro e sua respectiva equipe de apoio;*
- ✓ *tipos de contratação e compras utilizados;*
- ✓ *previsão orçamentária e acompanhamento da execução;*
- ✓ *procedimentos adotados para execução das compras e formalização dos contratos, bem como o fluxo do processo de contratação e administração de contratos, suas etapas e documentos necessários;*
- ✓ *avaliação formal da qualificação e da experiência das empresas e dos profissionais contratados, bem como a avaliação da inexistência de conflito de interesses entre os prestadores de serviço da Entidade;*
- ✓ *avaliação do desempenho dos prestadores de serviços, de modo a verificar a qualidade dos trabalhos prestados no cumprimento dos contratos.*

Importante notar que neste primeiro ciclo de avaliação os trabalhos do PCI se desenvolveram em termos mais conceituais e tático/estratégicos, considerando que as áreas técnicas foram recém-constituídas e parte dos procedimentos operacionais ainda está em construção e normatização.



Nessa linha entendeu a Auditoria do Patrocinador em seu Relatório nº 1/14 (fls. 22/37):

3.3.3 Avaliação dos controles internos da execução orçamentária do Plano, do custeio administrativo e dos investimentos, analisando as variações orçamentárias e justificativas apresentadas pelos gestores.

Como consideração inicial destaca-se que a Funpresp-Jud, ainda que esteja legalmente constituída, encontra-se em fase de implantação, o que dificulta a avaliação de controles internos em nível de atividades, processos ou operações específicas.

Vê-se que a extensão dos trabalhos do PCI é ponderada com a dinâmica atual das unidades e tem o sentido notadamente de prevenção, estando mais associados à diminuição da incerteza em relação a eventos futuros, além de buscar avaliar a adequação dos procedimentos às normas internas e externas.

Sobre o tema ensina o Manual de Controles Internos da Abrapp (1ª ed. 2004 - pg. 8):

Todos os funcionários são responsáveis pelos controles internos por meio do adequado desempenho de suas atribuições e da imediata comunicação de falhas ou deficiências verificadas no funcionamento dos controles às chefias ou órgãos responsáveis pela solução do problema, que deverá ser prontamente providenciada.

O monitoramento se dá por meio de acompanhamentos sistemáticos, nos quais se avalia se os objetivos estão sendo alcançados, se os limites estabelecidos estão sendo cumpridos e se eventuais falhas estão sendo prontamente identificadas e corrigidas.

Nota-se que todas as unidades internas devem possuir seus próprios controles em relação às suas atividades desempenhadas, sejam por sistemas, planilhas, relatórios ou procedimentos de verificação, necessitando reportar aos responsáveis os resultados desses controles.

No contexto operacional atual da Fundação observa-se que além das atividades de rotina, está em curso uma série de questões estruturantes como a implantação do sistema corporativo de previdência, o mapeamento/manualização de processos, projetos e contratações em andamento, bem assim diversas demandas de prestação de informações.

Tais atividades resultam em esforço de trabalho para todas as unidades. Com efeito, é importante examinar o **custo/benefício de atividades de controle** para evitar que o custo seja maior do que o benefício alcançado, ou mesmo considerar o impacto nas rotinas das áreas.

O Relatório de Auditoria do Patrocinador nº 1/2014 analisou a questão da extensão dos trabalhos de controle e a fase de estruturação da Fundação, e recomendou o seguinte:



*De acordo com o Programa de Controle Interno se elaborou, em **nível de entidade**, uma ordem de prioridades de trabalhos de monitoramento, abrangendo diversas áreas e atividades relevantes para o funcionamento e manutenção adequados da Fundação, com datas definidas para execução entre outubro de 2014 e junho de 2015, o que recomendamos que sejam avaliados após a conclusão dos trabalhos, em **nível de atividade**, a sua eficiência, eficácia e efetividade, bem como o monitoramento de suas recomendações.*

Assim, em linha com esta recomendação fundamentada da Auditoria e como medida necessária, será importante fazer avaliações em **nível de atividade** na próxima formulação e execução do PCI, na proporção do avanço dos processos de mapeamento e normatização da Fundação.

7.2 Ferramenta de gerenciamento de riscos

As Leis Complementares nº 108 e 109, de 2001, e outros normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC, sucedido pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, ressaltam a necessidade de aprimoramento das práticas de controles internos; de governança corporativa; clareza nas demonstrações contábeis; aperfeiçoamento de controles orçamentários; aplicação dos recursos com foco na gestão de riscos; maior comunicação com participantes e educação previdenciária.

A Resolução CGPC nº 13, de 2004, estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão de riscos e controles internos a serem observados pelas EFPC. A gestão estratégica das Entidades necessita de controles internos gerenciais que possibilitem um modelo organizacional que identifique e trate os eventos de risco, para se garantir segurança e transparência para os seus participantes.

No âmbito do Planejamento da Funpresp-Jud consta como objetivo estratégico “*ter práticas de gestão eficiente, transparente e com foco em resultado*”. A ação respectiva a este objetivo é a de “Implantação de gestão de riscos”, com prazo final para execução em 18 de dezembro de 2015. Esta ação possui como responsáveis a Diretoria Executiva, as Coordenações de Atuária e de Benefícios, de Investimentos, de Arrecadação e Cadastro, de Administração e Finanças, de Contabilidade, e a Assessoria de Controle Interno.

Sobre o tema o **Conselho Fiscal** ressalta em seu **Relatório de Controles Internos** do 1º semestre 2014 (fls. 38-39) o seguinte: “*Em relação ao elemento avaliação de riscos deve-se observar a necessidade de uma política institucionalizada de análise de riscos, nos níveis operacional, tático e estratégico, bem como a institucionalização da cultura de controles internos em todos os níveis hierárquicos.*”.



Nesse contexto, o propósito da contratação de uma ferramenta tecnológica de gerenciamento de riscos é instrumentalizar e racionalizar os processos de trabalho de controle e avaliação de riscos, constituindo uma parte importante de uma efetiva “Implantação/institucionalização da gestão de riscos na Entidade”, com vistas a realizar o disposto no Planejamento Estratégico da Funpresp-Jud.

Escopo do projeto

Um sistema tecnológico de gestão de riscos constitui um importante instrumento a ser utilizado por todas as áreas envolvidas da Fundação, objetivando operacionalizar a avaliação dos riscos e controles internos, mediante identificação de eventos e resposta a questionários de avaliação, dentre outros métodos, assegurando transparência ao processo e segregação de papéis na avaliação e utilização pelos devidas áreas e órgãos estatutários.

Os serviços prestados por sistemas abrangem a realização de ciclos de auto avaliação das áreas, processos e procedimentos, incluindo a identificação e avaliação de riscos; verificação da qualidade dos controles existentes para cada risco detectado em cada processo analisado; o acompanhamento de planos de ação para melhoria dos níveis de exposição a riscos, identificando responsáveis e datas; e o acompanhamento das atividades necessárias ao cumprimento de exigências.

Com a utilização de sistema procura-se obter uma visão estratégica da gestão de riscos, com possível redução de custos e esforços de mapeamentos; eliminação da ambiguidade da informação; auxílio na documentação das áreas e processos de negócios; vinculação do risco e controle ao processo; gerenciamento de planos de ação e atividades; e disponibilização de relatórios gerenciais.

O resultado esperado, seja por intermédio de planos de ação, seja por outros instrumentos, será a orientação de controles apropriados, dimensionamento de probabilidade e de impactos financeiros e não financeiros, e o alinhamento com as melhores práticas de gestão.

Aderência ao planejamento estratégico

Objetivos Estratégicos vinculados	Metas - Resultados esperados em prazo estimado
Prover sistema de informações gerenciais e soluções eficazes de TI.	Estruturar e racionalizar ações de controle em todas as áreas internas da Fundação, com aferição por meio de Plano de Ação, de Recomendações, Indicadores e alcance de metas. Prazo até 18/12/2015.
Ter práticas de gestão eficiente, transparente e com foco em resultado.	Constitui um dos itens para se implantar a gestão de riscos na Fundação até 18/12/2015, conforme meta do Planejamento Estratégico.

7.3 Acompanhamento das Obrigações Legais

A Funpresp-Jud realiza o controle do cumprimento de suas obrigações legais por meio do **Calendário Anual** disponibilizado pela Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada). Segue **anexa** planilha contendo descrição da obrigação, atribuição de responsável, fundamentação, prazo legal e modalidade de envio.

7.4 Plano de acompanhamento das recomendações do Conselho Fiscal e da Auditoria dos Patrocinadores

Foi encaminhado a Senhora Presidente do Conselho Fiscal, por meio do Ofício nº 31/PRESI-DE, de 10 de fevereiro de 2015, relatório informando as providências adotadas ou esclarecimentos para cada uma das recomendações realizadas pela Comissão de Auditoria dos Patrocinadores, visando subsidiar o Conselho Fiscal no cumprimento de suas atribuições.

Segue transcrito abaixo, pela relevância, o Anexo I do mencionado Ofício:

Item	Política e Processo de Investimentos	
	Recomendações Elencadas:	Providências adotadas ou esclarecimentos:
4.1	“Implementar o sistema de gerenciamento de risco de crédito, de mercado e de liquidez da Funpresp-Jud, com normatização e descrição de todos os processos inerentes às áreas a eles afetas, preparando a entidade para atuar em ambiente de mercado financeiro mais complexo (item 3.1.3);”	A descrição e a normatização de todos os processos inerentes à Diretoria de Investimentos encontram-se em estágio avançado. Especificamente em relação à recomendação de implementação de sistema de gerenciamento de riscos, entendemos que o custo para a aquisição de tal produto é desnecessário observando-se o momento atual da Fundação. Esclarecemos que as aplicações financeiras atuais são efetuadas unicamente por meio de fundos de investimento abertos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), ou seja, a análise dos diversos fatores de risco é efetuada sistematicamente pelos gestores dos fundos de investimento. Adicionalmente, é importante ressaltar que os fundos de investimento atrelados ao IRF-MI e ao IMA-B5 são direcionados quase que exclusivamente à aquisição de títulos públicos federais (cujo risco de crédito, por definição, é inexistente) e uma parcela reduzida do patrimônio aplicada em operações compromissadas, cujo lastro são títulos públicos federais. Entretanto, mirando-se o futuro e as possibilidades de novas alternativas de investimentos constantes da Política de Investimentos 2015, tais como renda variável e investimentos no exterior, informamos que os estudos para tanto estão sendo elaborados.

		<i>inclusive no que se referem aos diversos possíveis custos envolvidos, seja por meio de carteira própria, carteira administrada ou fundo exclusivo. Neste momento, destacamos que ainda não será possível a utilização de fundos exclusivos tendo em vista que o patrimônio da Fundação ainda é relativamente modesto, o que inviabiliza tal veículo. No caso da eventual utilização de carteira administrada, as análises de risco (crédito, mercado e de liquidez) serão efetuadas pelo gestor contratado. Finalmente, caso a Fundação decida por realizar investimentos via carteira própria, já adiantamos que os investimentos serão conservadores e direcionados a pouquíssimos ativos (tais como títulos públicos federais, debêntures com risco de crédito AAA ou ETF). Neste caso, mais importante é a metodologia de análise dos diversos riscos, a qual já se encontra efetivada de maneira regular para os instrumentos de renda fixa, tais como: análise de volatilidade, Índice de Sharpe e suas variantes, Divergência Não Planejada (Tracking Error). O risco de crédito de debêntures, por exemplo, pode ser obtido via prospectos das emissões e são amplamente divulgados, inclusive em sites especializados. O risco de liquidez pode ser medido a partir das negociações dos diversos títulos ou ativos no mercado secundário e é possível obter os dados necessários nos sites do Tesouro Nacional, Banco Central, BM&FBovespa, entre outros.</i> <i>De acordo com a Seção V – Das Condições dos Ativos, Resolução CMN 3.792/2009, “A aquisição de títulos e valores mobiliários classificados nos segmentos de renda fixa e de renda variável, bem como a prestação de garantias em investimentos de SPE, devem ser precedidas de análise de risco” (Art. 30). Porém, não é necessário realizar tal análise para os casos descritos no § 2º do mesmo artigo, o qual inclui títulos públicos federais, ações e demais valores mobiliários negociados em bolsas de valores ou de mercadorias e de futuros, ETF RV (inciso III). Finalmente, o § 1º autoriza, para a análise do risco de crédito, a utilização “dentro outros critérios, a opinião emitida por agência de classificação de risco de crédito registrada ou reconhecida pela Comissão de Valores Mobiliários”.</i> <i>Em resumo, por todo o exposto, consideramos que, embora necessário no futuro, a implementação de sistema de gerenciamento de risco (crédito, mercado e de liquidez) neste momento não atingirá o objetivo pretendido, além de ser um custo para a Fundação.</i>
4.2	<i>“Informar ao Conselho Fiscal o montante discriminado dos custos mensais com a gestão dos investimentos nos Planos e no PGA (item 3.1.4);”</i>	<i>A Fundação realiza a totalidade de suas aplicações financeiras. É importante ressaltar que a taxa de administração é cobrada em bases diárias e reflete diretamente nas cotas dos fundos, que são apresentadas aos investidores já de forma líquida (ou seja, após deduzida a taxa de administração). Assim, as rentabilidades de todos os fundos de investimento no país são apresentadas adotando-se este procedimento. Nesse sentido, os custos incorridos não transitam pela contabilidade da Fundação, visto que não há desembolso efetivo de</i>

	que a entidade tenha banco de dados disponível e consistente, de forma tempestiva, para aferir os custos administrativos decorrentes de sua política de investimentos, procedendo para que haja maior controle sobre tais valores (item 3.1.4);”	da análise das taxas de administração dos fundos de investimento abertos nos quais a Fundação aplica seus recursos. Especificamente em relação ao cálculo da diferença de rentabilidade (bruta x líquida), tal providência vem sendo adotada desde novembro/2014, com apresentação dos resultados aos Conselhos Deliberativo e Fiscal a partir de dezembro/2014.
4.4	“Providenciar para que haja certificação de dirigentes, membros dos comitês, do AETQ, bem assim de todos aqueles responsáveis pela aplicação de recursos (item 3.1.5);”	A Diretora-Presidente, o Diretor de Investimentos e o Coordenador de Investimentos e Finanças (Presidente do Comitê de Investimentos e Riscos – COINV) já estão certificados. Os demais diretores e membros do COINV efetuarão prova de certificação nos próximos 120 dias. No caso dos conselheiros, desde o ano passado há previsão orçamentária para que todos, sem exceção, realizem treinamento específico e possam ser certificados. Por oportuno, informamos que a Diretora de Seguridade que atuou na Fundação até novembro de 2014 também possuía certificação.
Item	Processo de Cadastro, Arrecadação e Avaliação Atuarial	
Recomendações Elencadas:		Providências adotadas ou esclarecimentos:
4.5	“Aperfeiçoar os mecanismos de controle interno administrativo, no que se refere à validação dos valores das contribuições repassadas pelos participantes e patrocinadores (item 3.1.5.2);”	A partir da entrada dos novos colaboradores foram criados novos mecanismos para mitigar eventuais inconsistências e aprimoramento dos mecanismos de detecção, controle e monitoramento, dentre eles ressaltam-se os seguintes: I - criação do manual do Patrocinador (documento que fornece orientações aos Patrocinadores a respeito dos procedimentos operacionais). II - apresentação/treinamento dos responsáveis sobre os procedimentos operacionais, tendo como o manual do Patrocinador um guia de referência. III - criação e disponibilização aos Patrocinadores do modelo de relatório de repasse das contribuições para facilitar o processo conciliação financeira. IV - solicitação formal aos Patrocinadores sobre a necessidade de disponibilização de informações referentes a base de contribuição. V – realização de campanha de recadastramento com objetivo de obter os dados cadastrais dos Participantes que realizaram a

		<i>inscrição com base na ficha de inscrição que não possuía todos os dados necessários para Entidade.</i> <i>VI - no que tange a novos procedimentos aos processos de detecção, controle e monitoramento, temos as seguintes ações:</i> <i>a) implantação de novo sistema de gestão previdenciária onde será possível definir regras de consistência dos dados e comunicação tempestiva aos Patrocinadores, além de definir, solicitar e recepcionar novas informações relevantes ao processo de gestão previdenciária e atuarial;</i> <i>b) criação de instrução normativa para orientação dos Patrocinadores; e</i> <i>c) realização do mapeamento de processo da área de arrecadação e cadastro, no primeiro semestre de 2015. Nesta atividade contaremos com apoio especializado de um dos Patrocinadores.</i> <i>Acrescenta-se, ainda, que quanto ao Item 3.2.2 (saldos individuais divergentes): foram encaminhados ofícios aos Patrocinadores para manifestação e correção das divergências verificadas.</i>
4.6	<i>“Providenciar para que sejam implementados os testes de aderência das premissas e hipóteses atuariais tão logo o plano de benefícios apresente histórico e massa de participantes adequados (item 3.2);”</i>	<i>A Instrução MPS/PREVIC 7, de 12/12/2013, trouxe orientações na realização dos estudos técnicos de adequação e aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras. Em seu item I do art. 6º é necessário comprovar a aderência das hipóteses em um período de, no mínimo, 3 exercícios. Em função do pouco tempo de atividade do plano de benefícios, da reduzida massa de participantes e da não ocorrência de eventos decrementais até a presente data, não foi possível desenvolver os testes estatísticos como, por exemplo, o Kolmogorov-Smirnov e o Qui-quadrado. A Entidade efetua um teste de aderência simplificado, através do monitoramento contínuo da massa de Participantes, observando, entre outros controles, a quantidade de eventos esperados (calculado pelas tábuas biométricas) e a quantidade de eventos ocorridos, adotando procedimento análogo ao informado no Demonstrativo Atuarial – DA.</i> <i>Acrescenta-se, ainda, que quanto ao Item 3.2.2 (tempo de vínculo previdenciário anterior à entrada em exercício no Patrocinador e indicador sobre condições diferenciadas de aposentadoria, nos termos do art. 40, § 4º, da CF), os procedimentos indicados passarão a ser adotados para fins da correta mensuração dos custos associados ao Fundo de Cobertura de Benefícios Especiais (FCBE), cabendo ao Patrocinador prestar as referidas informações cadastrais.</i>
4.7(i)	<i>“Exercer acompanhamento contínuo da qualidade da base de dados</i>	<i>A partir da entrada dos novos colaboradores foram criados novos mecanismos para mitigar eventuais inconsistências e aprimoramento dos mecanismos de detecção, controle e monitoramento, dentre eles</i>

	cadastrais de participantes e beneficiários, mediante implementação de análises de consistências dos dados recebidos dos patrocinadores e dos participantes, a fim de assegurar qualidade e consistências aos cálculos atuariais (item 3.2);”	ressaltam-se os seguintes: <i>I - criação do manual do Patrocinador (documento que fornece orientações aos Patrocinadores a respeito dos procedimentos operacionais).</i> <i>II - apresentação/treinamento dos responsáveis sobre os procedimentos operacionais, tendo como o manual do Patrocinador um guia de referência.</i> <i>III - criação e disponibilização aos Patrocinadores do modelo de relatório de repasse das contribuições para facilitar o processo conciliação financeira.</i> <i>IV - solicitação formal aos Patrocinadores sobre a necessidade de disponibilização de informações referente a base de contribuição.</i> <i>V – realização de campanha de recadastramento com objetivo de obter os dados cadastrais dos Participantes que realizaram a inscrição com base na ficha de inscrição que não possuía todos os dados necessários para Entidade.</i> <i>VI - no que tange a novos procedimentos aos processos de detecção, controle e monitoramento, temos as seguintes ações:</i> <i>a) implantação de novo sistema de gestão previdenciária onde será possível definir regras de consistência dos dados e comunicação tempestiva aos Patrocinadores, além de definir, solicitar e recepcionar novas informações relevantes ao processo de gestão previdenciária e atuarial;</i> <i>b) criação de instrução normativa para orientação dos Patrocinadores; e</i> <i>c) realização do mapeamento de processo da área de arrecadação e cadastro, no primeiro semestre de 2015. Nesta atividade contaremos com apoio especializado de um dos Patrocinadores.</i> <i>Acrescenta-se, ainda, que quanto ao Item 3.2.2 (saldos individuais divergentes): foram encaminhados ofícios aos Patrocinadores para manifestação e correção das divergências verificadas.</i>
Item	Processo de Orçamento, Contabilidade, Instrumentos de Gestão, Governança e Controle Interno	
Recomendações Elencadas:		Providências adotadas ou esclarecimentos:
4.7 (ii)	“Realizar o efetivo monitoramento das execuções das despesas orçamentárias estabelecendo prioridades de gasto, e	O processo de trabalho de programação e de acompanhamento da execução orçamentária está em processo de modelagem e redesenho com o objetivo de aperfeiçoar o fluxo de atividade e assegurar transparência aos participantes, patrocinadores Conselho Deliberativo e Fiscal. Como medida prática desde janeiro é emitido um relatório sobre a

	<i>relatando as justificativas para os desvios mais significativos entre orçamentação e execução do orçamento”.</i>	<i>execução orçamentária enviado aos Conselhos Deliberativo e Fiscal em 30 dias após fechamento do período de referência com as seguintes características/periodicidade: sintético(mensal), analítico e comparativo (trimestral e anual).</i>
4.8	<i>“Aprimorar os controles sobre registros contábeis, de modo a assegurar agilidade e confiabilidade dos demonstrativos contábeis da entidade”.</i>	<i>O macroprocesso de contabilidade e os subprocessos que o influenciam foram mapeados, desenhado seu fluxograma e está em fase de implementação de uma série de medidas para sanear suas deficiências, tais como:</i> <i>1. Organização e coordenação sobre as demandas de customização/ajuste no sistema da BBPrev;</i> <i>2. Redução do tempo de resposta de suporte de TI da BBPrev;</i> <i>3. Treinamento/consultoria sobre utilização do sistema da BBPrev;</i> <i>4. Definição de pontos de controle do processo e de Nota Técnica acompanhada de balancetes mensais enviados ao Conselho Fiscal em 30 dias após fechamento do período de referência;</i> <i>5. Abertura de processo com memorial/histórico das demonstrações contábeis a partir de novembro de 2014;</i> <i>6. Elaboração de Orientação Interna que dispõe sobre procedimentos operacionais e prazos de encerramento de processos de trabalho que antecedem as demonstrações contábeis.</i>
4.9	<i>“Realizar trabalho específico com objetivo de mensurar a efetiva implantação e o grau de funcionamento dos controles internos da entidade, encaminhando os resultados apurados ao Conselho Fiscal (item 3.5.1)”</i>	<i>Será planejado e realizado trabalho específico de mensuração dos controles internos por meio da formulação de uma Matriz de Controle, de modo a constar quais as medidas já implantadas e a implantar, sua efetividade e seu nível de atuação (estratégico / institucional / tático / operacional).</i> <i>Referida Matriz de Controle necessita contemplar as normas, planos de monitoramento e programas estabelecidos, avaliando ainda os controles diretos aplicados pelas áreas técnicas nos processos e procedimentos relevantes sob a ótica do risco (impacto e probabilidade), bem como sua aferição pelas camadas de supervisão.</i> <i>Este trabalho de mensuração demandará uma avaliação direta nas áreas, examinando suas rotinas e respectivos controles aplicados diretamente pelas unidades, e demais controles supervenientes.</i> <i>Como medidas efetivas já implantadas, entre outras, mencione-se:</i> <i>1 – Plano de monitoramento e avaliação do Planejamento Estratégico</i> <i>Monitora o cumprimento do Planejamento Estratégico e do Plano de Ação Tático, suas respectivas metas e ações, bem como apura trimestralmente os indicadores de gestão e desempenho.</i>



O primeiro ciclo de avaliação abrangeu o 3º trimestre de 2014, tendo sido documentado pelo respectivo Relatório (anexos) já encaminhado ao Conselho Fiscal.

Ao longo do 2º semestre foram realizadas reuniões com toda a equipe para avaliar o andamento das ações e implantar eventuais correções de rumo. Essas reuniões ocorreram em 18 de julho, 25 de setembro, 10 de outubro, 21 de novembro e 12 de dezembro de 2014.

O estágio das ações vinculadas aos objetivos estratégicos foi informado pelos gestores responsáveis das ações e validado pelo Diretor da área e constam do Anexo I do Relatório.

Os resultados dos indicadores e respectivas informações constam do Anexo II do Relatório, individualizados por indicador, tendo os formulários sido preenchidos pelos gestores das ações e validadas pelo Diretor da área.

2 - Programa de Controle Interno:

No último trimestre de 2014 foram realizados os trabalhos de acompanhamento das atividades da Folha de Pagamento de Pessoal e dos Contratos e Compras, cujos relatórios já foram encaminhados ao Conselho Fiscal. Abaixo o cronograma completo:

Trabalho	Início	Fim
<i>Trabalho 1 - Acompanhamento dos Planos de Ação do Planejamento Estratégico</i>	<i>01/10/2014</i>	<i>31/12/2014</i>
<i>Trabalho 2 - Controles dos Investimentos</i>	<i>05/01/2015</i>	<i>30/01/2015</i>
<i>Trabalho 3 - Controle de Arrecadação e Cobrança de Contribuições</i>	<i>02/02/2015</i>	<i>27/02/2015</i>
<i>Trabalho 4 - Atualização e Controle dos Registros Cadastrais dos Participantes</i>	<i>02/03/2015</i>	<i>31/03/2015</i>
<i>Trabalho 5 - Folha de Pagamento de Pessoal</i>	<i>06/10/2014</i>	<i>31/10/2014</i>
<i>Trabalho 6 - Contratos e Compras</i>	<i>03/11/2014</i>	<i>28/11/2014</i>
<i>Trabalho 7 - Execução Orçamentária</i>	<i>01/04/2015</i>	<i>30/04/2015</i>
<i>Trabalho 8 - Lançamentos Contábeis</i>	<i>04/05/2015</i>	<i>29/05/2015</i>

		Trabalho 9 - Procedimentos de Armazenamento e Segurança de Dados	01/06/2015	30/06/2015
		<i>Em janeiro de 2015, conforme previsão acima, foi realizado o acompanhamento da área de Investimentos, devendo o respectivo Relatório ser enviado ao Conselho Fiscal no mês de fevereiro.</i> <i>Importante lembrar que a Fundação está em fase de implantação e consolidação de seus processos e procedimentos operacionais, com destaque para a implantação de novo sistema corporativo de previdência, bem como pelo início do trabalho de modelagem/mapeamento de processos, que conta com o assessoramento de consultores oriundos do Ministério Público da União.</i> <i>Nesse cenário de estruturação e maturação é oportuno planejar o melhor cronograma de tarefas, pensando inclusive no custo/benefício do controle para evitar que o custo seja maior do que o benefício alcançado, ou mesmo sopesar o impacto nas rotinas das unidades. Isso sem, no entanto se descuidar do dever de zelo, monitoramento e prevenção que todas as unidades e instâncias devem possuir.</i>		
4.10	<i>“Elaborar manual de governança, no qual estejam definidas as relações entre órgãos estatutários (entre si) e com participantes, assistidos, patrocinadores e outras partes interessadas, conforme disposição no §2º do art. 1º da Resolução CGPC nº 13, de 2004”.</i>	<i>Alinhado ao Objetivo Estratégico 05 - Implementar processos de trabalho ágeis, eficientes, efetivos e normatizados – foi planejado no orçamento de 2015 o desenvolvimento do projeto “Aperfeiçoamento da Governança via Contabilidade” que visa modelar processo de trabalho e estabelecer ferramentas de gestão de controle da governança via Contabilidade, contemplado todos os requisitos de conformidade com o objetivo de se tornar referência para EFPC com ativo de até 100 milhões.</i> <i>A Funpresp-Jud pretende desenvolver o manual de governança recomendado pela Resolução CGPC nº 13/2014 durante o ano de 2015. A Fundação participará de projeto sobre previdência complementar dos servidores públicos que será conduzido pelo Banco Mundial em parceria com a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), que contará com a participação de especialista do Banco Mundial em governança desses fundos de pensão. O envolvimento no projeto auxiliará no desenvolvimento de manual de governança adaptado à realidade da Funpresp-Jud e inspirado nas melhores práticas observadas nos fundos de pensão similares em outros países.</i>		
4.11	<i>“Realizar estudos, inclusive do ponto de vista jurídico, para a tomada de decisão quanto a possíveis provisionamentos de</i>	<i>A Funpresp-Jud está realizando estudos subsidiado por debates com profissionais com expertise no tema. O assunto foi pautado na 19ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo realizada em 17 de dezembro de 2014, restando compreendido a necessidade de realizar uma consulta já enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF) e Ministério Público da União (MPU) em aguardamos um</i>		

	<i>recursos para fazer face a eventual correção dos valores oriundos das contribuições antecipadas dos patrocinadores, conforme informado no Of. N° 60/Presi-DE, de 5/5/2014”.</i>	<i>retorno. Além disso, foi publicado o Edital de Credenciamento 01/2015 com objetivo de contratar empresas especializadas de auditoria interna, externa e com expertise em consultoria contábil para entidades fechadas de previdência complementar (EFPC).</i>
4.13	<i>“Providenciar para que haja o detalhamento técnico do reconhecimento do intangível”.</i>	
4.12	<i>“Providenciar para que seja adquirido e posto em funcionamento o novo sistema, de modo que sejam produzidos relatórios contábeis tempestivos e consistentes”.</i>	<i>A Funpresp-Jud realizou pregão eletrônico para contratação de empresa para fornecimento de licença de uso de software integrado de gestão de previdência, no dia 9 de dezembro. O software contemplará os serviços de gestão previdenciária, administrativa, financeira, orçamentária, controladoria e investimentos, incluindo, também, configuração do ambiente e treinamento presencial para uso da ferramenta, além de suporte técnico e acompanhamento durante o período contratual. A implantação tem prazo até o fim de julho. Entretanto avaliamos a possibilidade de adiantar o cronograma e iniciar uma operação assistida da ferramenta ainda no mês de abril de 2015.</i>
4.14	<i>“Providenciar para que a elaboração do orçamento para 2015 seja aprovado ainda no exercício de 2014, em respeito às regras e princípios orçamentário”.</i>	<i>O macroprocesso de orçamento foi modelado e aperfeiçoado com a criação de planos internos, caderno de proposta orçamentária com memória de cálculos. O Conselho Deliberativo o aprovou em sua 18ª reunião extraordinária ocorrida em 09/12/2014. O caderno da Proposta Orçamentária foi também apresentado e enviado ao conselho fiscal em 2014 e com revisão na 1ª reunião de 2015. Além disso, está em desenvolvimento um estudo para redução de despesas em alinhamento a meta de reduzir em 30% a despesa per capita (base anual) definida no Planejamento Estratégico Institucional.</i>
4.15	<i>“Providenciar para que conste em poder da Funpresp-Jud das declarações de renda dos dirigentes nos momentos da posse e desligamento”.</i>	<i>Informo que constam as declarações de renda dos atuais dirigentes e dos ex-dirigentes nos arquivos da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, devendo ser atualizados no exercício de 2015 até junho.</i>

7.5 Plano de acompanhamento dos apontamentos da PREVIC

Foi encaminhado tempestivamente à PREVIC, por meio do Ofício nº 15/PRESI-DE, de 23 de janeiro de 2015, consubstanciado pela Nota Técnica DIRAD/CCONT nº 002, resposta aos apontamentos feitos no âmbito do monitoramento das Demonstrações Contábeis de 2013 realizado por intermédio do Ofício nº 3.947/2014/CGMC/DIACE/PREVIC, de 23 de dezembro de 2014.

Seguem transcritos abaixo os trechos da referida Nota Técnica DIRAD/CCONT nº 002:

“Assunto: Resposta ao Ofício 3947/2014/CGMC/DIACE/PREVIC.

1. *Em resposta aos questionamentos descritos no supracitado Ofício, a Coordenadoria de Contabilidade vem através desta Nota Técnica apresentar respostas sobre cada ponto.*
2. ***Detalhamento dos ajustes e eliminações decorrentes do processo de Consolidação das Demonstrações Contábeis** – Disponibilizamos abaixo a Nota Explicativa Complementar que demonstra o processo de consolidação dos lançamentos de ajuste e eliminações de Saldos para a consolidação dos Demonstrativos da Competência 2013.*

Nota Explicativa Complementar – Exercício 2013

A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – FUNPRESP-JUD é uma entidade fechada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa, financeira e gerencial, sendo criada pela Resolução STF nº 496, de 26/10/2012, com base na Lei nº 12.618, de 30/04/2012, possui a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário para os membros e os servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Judiciário da União.

A FUNPRESP-JUD administra um único plano previdenciário, de característica de Contribuição Definida, inscrito no Cadastro Nacional de Plano de Benefício – CNPB sob o nº 2013.0017-38, sendo os patrocinadores os órgãos do Poder Judiciário da União, os ramos do Ministério Público da União e Conselho Nacional do Ministério Público.

A FUNPRESP-JUD de acordo com orientações da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, apresenta o detalhamento dos ajustes e eliminações decorrentes do processo de consolidação das Demonstrações Contábeis, como previsto na letra “I” do item 30 do Anexo “A” da Instrução Normativa SPC nº 34, de 24/09/2009:



Ajustes e Eliminações na consolidação das Demonstrações Contábeis

Os valores da tabela abaixo estão em R\$ mil:

Descrição	2013	2012
<i>Ativo</i>	-377	-
<i>Participação do Plano de Gestão Administrativo</i>	-377	-
<i>Passivo</i>	377	-
<i>Plano de Gestão Administrativo</i>	377	-

Para que fossem realizadas as consolidações das demonstrações contábeis, realizamos lançamentos para eliminação de saldos, nas contas de participação no Plano de gestão Administrativa.

3. **Registro dos Fundos na Demonstração das Provisões técnicas – DPT** – Quanto a este assunto, verificamos que de acordo com a Resolução CNPC 12/2013, que altera a Resolução CNPC 08/2011, a estrutura da DPT descreve as contas que devem ser registradas no referido Demonstrativo (3.1. Fundos Previdenciais e 3.2. Fundos dos Investimento - Gestão Previdencial), transcrito abaixo:

Art. 1º O item VII do Anexo “B” da Resolução nº 8, de 31 de outubro de 2011, do Conselho Nacional de Previdência Complementar, passa a vigorar com a seguinte redação:

“VII – DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

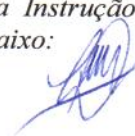
(...)

3. Fundos

3.1. Fundos Previdenciais

3.2. Fundos dos Investimento – Gestão Previdencial

- I. O questionamento elaborado pelo órgão de Fiscalização, sugere na letra “b)” do primeiro parágrafo do Ofício em questão que a Funpresp-Jud omitiu o valor de R\$377(mil) na descrição dos Fundos.
- II. Em nosso entendimento, valor não deve constar na referida Declaração, pois se trata de valores registrados no Fundo Administrativo do Plano de Gestão Administrativa – PGA da Fundação, rubrica alheia ao disposto na referida Instrução Normativa emitida pela própria PREVIC conforme pode ser observado abaixo:



BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2013	PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	Nota Explicativa	2013
DISPONÍVEL		2	EXIGÍVEL OPERACIONAL		26.410
			Gestão Administrativa	6.3	26.410
REALIZÁVEL		26.149			
Investimentos	6.1	26.149			
Fundos de Investimento		26.149			
PERMANENTE		660	PATRIMÔNIO SOCIAL		401
Intangível	6.2	660	Patrimônio de Cobertura do Plano		24
			Provisões Matemáticas		24
			Benefícios a Conceder		24
			Fundos		377
			Fundo Administrativo	6.4	377
TOTAL DO ATIVO		26.811	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO SOCIAL		26.811

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

III. Assim entendemos que o ajuste sugerido não é pertinente visto que a Funpresp-Jud seguiu exatamente o disposto na legislação aplicável.

4. **Segregação do aporte de R\$ 25 milhões realizado pela União entre a Gestão Previdencial e a Gestão Administrativa** - A Funpresp-Jud está realizando estudos subsidiado por debates com profissionais com expertise no tema. O assunto foi pautado na 19ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo realizada em 17 de dezembro de 2014, restando compreendido a necessidade de realizar uma consulta já enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF) e Ministério Público da União (MPU) e contratação de um parecer de Consultoria Contábil com expertise em Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram consideradas as atividades de estruturação dos principais processos e procedimentos das unidades, com vistas à implantação de controles internos e gestão de riscos para atendimento à Resolução nº 13, de 2004, em linha com as Diretrizes Estratégicas da Fundação.

A presente análise não levou em conta o resultado da Auditoria Contábil Independente anual de que trata o item 17 da Resolução CNPC nº 8, de 2011, na medida em que ainda ocorrerá no âmbito do processo de credenciamento para seleção de empresas especializadas em auditoria interna, externa e em consultorias com expertise contábil para EFPC.

Verifica-se um notável trabalho das áreas técnicas e da Administração no sentido da correta implantação dos processos de trabalho, observando-se constante e consistente aprimoramento e estruturação. Esta Assessoria propõe as seguintes recomendações de melhores práticas para apreciação e desejável adoção gradual ao longo dos próximos exercícios:

- | |
|--|
| 1. mapear e normatizar processos, com correspondente elaboração de manuais de procedimentos contendo documentação descritiva dos processos e seus responsáveis |
| 2. realizar recadastramento periódico de participantes, com testes de consistência dos dados cadastrais |
| 3. aprimorar rotina de controle da arrecadação e respectivo processo de conciliação dos valores repassados pelos patrocinadores |
| 4. desenvolver sistema de geração de extratos dos participantes |
| 5. monitorar os contratos em vigor e avaliar o desempenho dos prestadores de serviço |
| 6. aprimorar as atividades de obtenção das informações, sejam contábeis, financeiros, cadastrais, atuariais e investimentos, de modo a conciliar os números e dados entre todas as áreas |

7. implantar política de segurança da informação
8. implantar sistema de gerenciamento de riscos e controles
9. estruturar controles internos próprios de cada área aplicados no desempenho das atividades, seja por meio da adoção de rotinas, sistemas, relatórios ou procedimentos de verificação, remetendo os resultados alcançados às instâncias de controle
10. programar junto às áreas a mensuração da implantação e do grau de funcionamento dos controles internos aplicados pelas unidades operacionais, conforme recomendação do Conselho Fiscal e da Auditoria dos Patrocinadores
11. desenvolver a cultura de relatórios gerenciais de atividades das áreas internas, que descrevam com tempestividade e adequação as principais ações desempenhadas, os controle aplicados e os resultados obtidos



CONCLUSÕES

O presente Relatório consolidado apresentou as justificativas, consubstanciadas nos Relatórios Gerenciais das áreas, quanto à aderência da gestão dos recursos garantidores às normas e à política de investimentos, à aderência das premissas e hipóteses atuariais e o acompanhamento da execução orçamentária, em face dos normativos vigentes. Analisou igualmente as ações relacionadas à estruturação dos controles internos e à gestão de riscos da Entidade.

No aspecto da avaliação de riscos, o **Conselho Fiscal** em seu **Relatório de Controles Internos do 1º semestre 2014** pontuou com propriedade a necessidade de política de análise de riscos, da cultura de controles e de mapeamento de processo:

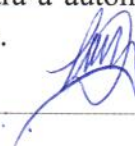
*Em relação ao elemento **avaliação de riscos** deve-se observar a necessidade de uma política institucionalizada de análise de riscos, nos níveis operacional, tático e estratégico, bem como a institucionalização da cultura de controles internos em todos os níveis hierárquicos.*

Para tanto, ressalta-se a necessidade de se iniciar as atividades de mapeamento de processo na Fundação, como forma de avaliar e mapear todas as atividades, além de mapear ponto de controle de cada processo de trabalho.

Nessa linha é importante destacar que o trabalho de mapeamento/modelagem de processos já se iniciou, estando alinhado com a estratégia, com os objetivos e com as ações da Fundação. Tal ação conta com o assessoramento de consultores oriundos do Ministério Público da União.

É relevante que o mapeamento de determinada área se conecte a um ciclo maior de mapeamento das áreas, processos, riscos e controles da organização. Isso para que se busque uma integração entre as áreas técnicas envolvidas, notadamente entre a contábil, a administrativa/financeira, a atuarial, a de investimentos e a de arrecadação/cadastro, visando à obtenção de valores e informações consistentes, sobretudo de dados conciliados por todas as áreas.

Destaque igualmente para a implantação do novo sistema corporativo de gestão previdenciária, cuja aquisição ocorreu por processo licitatório devidamente instruído, incluindo levantamento de requisitos junto a todas as áreas da fundação, verificação prévia das soluções de mercado, avaliações das soluções em provas de conceito e prova de conceito mais ampla da solução declarada vencedora do certame. Tal implantação contribuirá para a automatização de procedimentos e consequente eficiência e melhoria contínua dos processos.



Na questão dos processos de trabalho e de controle, o **Conselho Fiscal** na parte final de seu Relatório assim se pronunciou:

Importante salientar que, com a composição da estrutura administrativa da Fundação, os processos de trabalho e de controle começam a tomar forma e consistência. Assim, a atuação deste Conselho não só durante o primeiro semestre tem por fim maior o aperfeiçoamento dos controles internos e o trato correto dos recursos recebidos pela Funpresp-Jud, bem como do seu patrimônio.

A sedimentação dos procedimentos que busquem implementar uma cultura institucional de controles prévios e de transparência possibilitará o atingimento de seu objetivo maior, que é cuidar do futuro de seus participantes de forma perene e equilibrada.

Nesse contexto de consolidação da Fundação é fundamental implantar e padronizar os seus procedimentos internos, concentrando esforços na execução das ações e projetos previstos no Planejamento Estratégico e no Plano de Ação Tático.

Conclui-se que as premissas atuariais adotadas estão adequadas, refletindo o comportamento do Plano de Benefícios, bem como há adequação na gestão dos investimentos e na execução orçamentária, estando enquadradas na legislação vigente, consideradas as condições apresentadas referentes ao primeiro ano de funcionamento da Funpresp-Jud.

Brasília, 25 de fevereiro de 2015.


Luís Ronaldo Martins Angoti
Assessor de Controle Interno

1. Ciente.
2. Encaminhe-se o presente Relatório para conhecimento e apreciação da Diretoria-Executiva, e posterior envio aos Conselhos Deliberativo e Fiscal.


ELAINE DE OLIVEIRA CASTRO
Diretora-Presidente